



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 601 - DE 8 A 22 DE DEZEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Estados Unidos oferecem ajuda aos governos que enfrentam a rebelião das massas

Trump necessita proteger seus serviçais da América Latina

A luta dos explorados contra a pobreza e a miséria se choca com a burguesia e o imperialismo saqueador

É necessário constituir a frente única anti-imperialista

Combater sob o programa da revolução proletária e da estratégia do governo operário e camponês

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina

BOLÍVIA

Balanço da queda do governo de Evo Morales

Posição e tarefas revolucionárias diante do governo direitista de Jeanine Áñez

A necessidade da frente única anti-imperialista

A crise econômica, as contrarreformas e o avanço da pobreza e miséria evidenciam o peso da ingerência do imperialismo nos países semicoloniais, e as condições gerais do recrudescimento da opressão nacional. Observa-se que os governos latino-americanos têm em comum – estando mais à esquerda ou à direita – o fato de alterarem o sistema de Previdência, as leis trabalhistas e as regras da administração pública. De recorrerem às privatizações, à desnacionalização e à proteção das patentes estrangeiras. De oferecerem as fontes de matérias-primas aos monopólios. De lançarem reformas fiscais, que desoneram grupos capitalistas, e oneram ainda mais a população. E de auxiliarem os exploradores a pressionarem para baixo a renda média dos trabalhadores. Esse conjunto de ações, que pode variar entre os países, é ditado, não pelas necessidades internas da economia, mas pelas das potências imperialistas.

São semelhantes as justificativas de que a economia mundial está se modificando rapidamente com as novas tecnologias, e que é preciso fazer ajustes internos, para aumentar a produtividade e, assim, a capacidade de exportar. Via de regra, ocultam o saque que se realiza ao Tesouro Nacional, por meio da dívida pública. O capital financeiro usa e abusa dessa arma, para pressionar os governos a seguirem as diretrizes do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.

A declarada guerra comercial de Trump começa a ter reflexos. Calcula-se que pressionará o mercado mundial, que dá sinais de desaceleração. A economia norte-americana não tem como manter o ritmo de crescimento; e a europeia se encontra agravada pelo embrulhado Brexit. A dinâmica de décadas de crescimento da China está visivelmente esgotada. Não há, portanto, no horizonte econômico, senão nuvens escuras.

Os explorados vêm pagando um alto preço pela crise de superprodução e de parasitismo financeiro. Nos últimos dez anos, o desemprego e subemprego passaram a aterrorizar a família trabalhadora, em particular, a juventude. A última década ficou marcada por situações convulsivas em toda a parte. E a próxima, tudo indica, se caracterizará pelo fortalecimento das contradições que colocam frente a frente a burguesia e o proletariado; o imperialismo e as semicolônias.

Não se pode descuidar de que a guerra comercial está apenas começando a ganhar altitude. Não depende, para interromper sua marcha, da derrota de Trump nos Estados Unidos, como sugerem alguns analistas. Os governos das potências estão condicionados pelos desdobramentos do choque entre as forças produtivas e as relações de produção da época imperialista do capitalismo. É claro que a burguesia que comanda o destino do mundo tem recursos para queimar, abundantemente acumulados no pós-guerra. Por isso mesmo, pode adiar grandes conflagrações, mas não as evitar.

A inquietude das massas, em todas as latitudes, é prenúncio

de que a situação tende a se agravar. O mesmo indicam os choques interburgueses, em torno de que caminho se deve seguir. É sintomática a direitização da política burguesa, que vem ocupando o lugar da política socialdemocrata, cujos fracassos e impotência diante a gigantesca crise favorecem a ultradireita fascizante.

O que se passa no Brasil é, nesse sentido, exemplar. O governo militarista e fascizante de Bolsonaro decorreu do golpe de Estado, em 2016, e da ditadura civil de Temer. As mais duras contrarreformas e a retomada dos infernais planos de privatizações, armados no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, destroçam a economia nacional, e sacrificam severamente a população. Em nome da modernização, da maior inserção do Brasil nas cadeias produtivas mundiais, e da criação de empregos, prepara-se o terreno para novas catástrofes, como foram as do período que vai do fim da ditadura militar ao início de 2000; e a que o País atravessa desde 2015.

Trump acaba de anunciar que vai taxar o aço e o alumínio do Brasil. Bolsonaro/Guedes achavam que bastava a declaração verbal de alinhamento à guerra comercial de Trump, para que o País ficasse à margem. Aliados e adversários da política de Trump devem se curvar. É assim porque os Estados Unidos foram o epicentro da crise de 2008, e continuam a expressar as tendências desintegradoras do capitalismo da época monopolista e do capital financeiro.

Os movimentos, quase simultâneos, no Equador, Haiti, Chile, Bolívia e Colômbia têm raízes anti-imperialistas, embora continuem encobertas. Os reformistas e democratizantes são mestres em ocultá-las. Certamente, as massas se rebelam, partindo de suas necessidades vitais. Quando ganham as ruas e se chocam com o governo, expõem as raízes da exploração do trabalho e da opressão imperialista. Cabe à vanguarda classista mostrar as causas fundamentais do desespero dos explorados, por meio da defesa do programa revolucionário e da organização independente. É assim que o instinto de revolta dos oprimidos se transforma em luta de classes contra o capitalismo e sua forma imperialista.

A frente única anti-imperialista é a tática que corresponde ao programa de libertação nacional da opressão imperialista, e de destruição do poder da burguesia nacional. As centrais, sindicatos e movimentos controlados pelos reformistas se utilizam da frente burocrática para evitar que as massas passem por cima de seus aparatos, e para esconder as traições. Constatamos essa observação na luta contra os governos de Temer e Bolsonaro. Ao contrário, a frente única anti-imperialista se assenta nos comitês de base, nas assembleias e manifestações de massa. E organiza a maioria nacional oprimida, sob a direção do proletariado. É necessário explicar e defender a luta anti-imperialista como parte do programa da revolução socialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Massacre em Paraisópolis

Mais uma barbárie capitalista contra a juventude

Na madrugada do sábado para o domingo, dia 1 de dezembro, a polícia militar de São Paulo assassinou 9 jovens, no “Baile Funk DZ7”, na favela de Paraisópolis, zona sul de São Paulo. Mais de uma dezena de pessoas ficaram feridas. Num baile com milhares de pessoas, a imensa maioria de jovens, com o comércio local funcionando, a PM chegou atirando, jogando bombas de gás e distribuindo socos, pauladas e pontapés. Na correria, vários jovens foram pisoteados, e nove assassinados pela polícia. É fundamental dizer que esse caso não está separado dos problemas gerais que vem enfrentando a classe operária e demais oprimidos, particularmente a juventude pobre da periferia.

A declaração da polícia foi a de se eximir da responsabilidade e dizer que se tratava de uma perseguição a dois rapazes de moto, que fugiram e se esconderam no local do baile. Curiosamente, ninguém viu a moto, de maneira que a polícia se vale, como sempre, de falsificação. A reação do governador João Doria foi a de exaltar a polícia paulista e seu “protocolo” de segurança pública. Certamente, só pode ser o protocolo de matar. Diante da indignação, até mesmo da hipócrita imprensa burguesa, Doria pediu que seu próprio aparato policial investigue e puna os responsáveis. Como se fosse possível ser juiz e parte ao mesmo tempo.

A favela de Paraisópolis conta com mais de 100.000 moradores. É cercada por condomínios de luxo, enquanto apenas um terço de seus moradores tem rede de esgoto em casa. 60% fazem “gato” para obter eletricidade, e metade das ruas não é asfaltada.

O capitalismo não tem absolutamente nada para oferecer à juventude pobre e à maioria explorada. A exploração do trabalho e a acumulação de capital (pela propriedade privada dos meios de produção) colocam riquezas incalculáveis nas mãos de poucos e entregam miséria infinita à grande maioria da população. Por sua vez, a juventude continua sendo massacrada pelo Estado burguês. A exemplo das mortes diretas, como no caso de Lucas, e tantos outros. Seja pela violência e repressão cotidianas, como no baile em Paraisópolis. Seja pelas prisões sem prova, como nos casos de Rafael Braga, Sidney Sylvestre e tantos outros. Ou mesmo pela destruição das condições de vida, desemprego, subemprego, etc.

A juventude é o grupo social que mais sofre as mazelas do capitalismo, representa aproximadamente 50 milhões de brasileiros (23% da população), mas, sozinha, representa mais de 40% dos desempregados. Entre aqueles que têm emprego, são os que trabalham mais horas, com menos direitos e recebem menos. 40% deles começam a trabalhar (fazer bicos) com 14 anos ou menos, a exemplo do relato da mãe de Denys (um dos jovens assassinados), que disse “meu filho não era bandido, era um trabalhador”, de 16 anos. Todos estes dados agravam as condições de existência dos jovens pretos, e assim todos os dados de violência pioram se são jovens pretos e pobres. Esses fatores econômicos e sociais são importantes para que se possa entender o aconteceu em Paraisópolis no fim de semana. A decomposição capitalista traz o avanço de todas as formas de barbárie desse sistema apodrecido.

A burguesia e seus governantes não têm nada a oferecer aos milhões de jovens. Basta ver a decisão de Bolsonaro/Guedes de impor o “Programa Verde Amarelo”, para isentar de uma série de taxas os capitalistas, que contratarem jovens com salários miseráveis e sem nenhum direito trabalhista. A reforma trabalhista e a lei da terceirização são ataques violentos à maioria explorada. As medidas educacionais dos governos expulsam milhares de jovens das escolas. Não por acaso, boa parte da juventude nem trabalha, nem estuda, por única responsabilidade da burguesia e de seus governantes. E, para conter a revolta dos oprimidos, a saída são os “protocolos” de segurança, que dão a liberdade à polícia de matar, eximindo-a de responsabilidade. O “excludente de ilicitude” proposto por Moro/Bolsonaro, que nada mais é do que a permissão para o policial matar, é outra medida que afeta diretamente a juventude



A polícia é o braço armado do Estado. Os governos devem ser responsabilizados pela matança de jovens, crianças e povo pobre das favelas. Doria é o responsável direto pelas mortes em Paraisópolis.

pobre, que diariamente se depara com todo tipo de violência, originada na sociedade de classes.

A polícia é o braço armado do Estado. Os governos devem ser responsabilizados pela matança de jovens, crianças e povo pobre das favelas. Doria é o responsável direto pelas mortes em Paraisópolis. Mas, como dissemos, os responsáveis ficam sempre impunes. Os governantes, na realidade, são representantes da burguesia, que se utiliza do poder do Estado para manter sua dominação de classe e sustentar o capitalismo em decomposição. Está aí por que a Justiça e as leis são para criminalizar a maioria oprimida. O mais provável, assim, é que isolem o caso e reeditem a enfadonha tese de que se tratou de um caso isolado. Um ou outro policial pode receber alguma medida punitiva, para mostrar à população que houve apuração e responsabilidades. Enquanto isso, a Secretaria de Segurança Pública, sob o comando do governo do estado, continuará autorizando a matança da juventude nas favelas.

O Partido Operário Revolucionário denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes, que inclui o aparato militar-policial. Rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defende que somente um Tribunal Popular poderá fazer a investigação e punir, de fato, os verdadeiros responsáveis pelas chacinas, como essa de Paraisópolis. Faz a defesa da juventude, levantando a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. Rejeita os programas e reformas governamentais que sacrificam ainda mais os milhões de jovens e os explorados em geral. Denuncia as direções sindicais, que se recusam a organizar a classe operária e demais oprimidos para enfrentar as contrarreformas, que incluem as medidas repressivas contra o povo pobre e miserável. E trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária.

Mais um passo ditatorial de Bolsonaro

Enfrentá-lo com a organização independente dos explorados

Nota-se um avanço na militarização da política burguesa. O golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, contou com a influência do comando militar. A ditadura civil de Temer restituiu poderes às Forças Armadas, até então reduzidos, após o fim da ditadura militar, bem como rearmou os órgãos da polícia política. Bolsonaro deu continuidade a essa escalada, constituindo um governo de base militar. A polícia política foi reforçada.

A militarização da política é uma tendência, que tem por base a possibilidade dos explorados de se levantarem em um poderoso movimento nacional. A jornada de junho de 2013 alertou a burguesia para os perigos da convulsão social. Os embates da luta de classes, em vários países da América Latina, também servem de aviso. As massas empobrecidas e sacrificadas pelo desemprego não suportam as medidas antipopulares e antinacionais dos governos. Temer e Bolsonaro não sentiram o chão estremecer sob seus pés, devido à traição das centrais sindicais, e da ação política do PT e aliados em canalizar o ódio dos pobres e miseráveis para as decisões do Congresso Nacional. No entanto, a potenciação dos descontentamentos indica que os explorados podem passar por cima dos amortecedores da luta de classes, e avançar contra o governo burguês de plantão.

A autorização para matar se deve à luta de classes. Os latifundiários querem proteção direta das Forças Armadas. Em declaração à imprensa, o fascista foi claro: os militares podem ser acionados para intervir nos conflitos agrários.

O Chile está sendo tomado como exemplo pelos estrategistas do governo brasileiro. Não se esperava tamanho vigor das massas, tendo à frente a juventude desencantada com o capitalismo em decomposição. É nesses momentos que o Estado policial se mostra por inteiro diante do povo irado. Bolsonaro trata de reforçar esse fundamento da ditadura de classe da burguesia. Acaba de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que atribui poderes de polícia às Forças Armadas. Caso seja aprovado, o governo federal poderá usar o mecanismo da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para fins de repressão aos movimentos, facultando aos militares a capacidade de reprimir com arma de fogo e a matar em nome da legítima defesa.

Essa medida faz parte de um postulado geral do governo ditatorial de que a repressão não tem sido mais efetiva porque os policiais têm de responder pelas mortes. E que não basta apenas esse aparato armado. A situação exige um poder ainda maior, que são as Forças Armadas. A experiência da intervenção no Rio de Janeiro, sob o governo de Temer, recrudesciu a posição militarista de que a função das Forças Armadas não deve se limitar à defesa do País diante de perigos externos. Quando da intervenção no Rio de Janeiro, autorizada pela

GLO, os generais reclamaram que a ação repressiva estaria restringida pela investigação sobre as mortes causadas pelos soldados. O que implicaria acionar a justiça militar – único tribunal autorizado a julgar membros das Forças Armadas. No caso do Rio, o disfarce da experiência foi o alegado motivo de que a criminalidade havia fugido do controle da autoridade estadual.

Agora, Bolsonaro expôs o motivo central. A autorização para matar se deve à luta de classes. Os latifundiários querem proteção direta das Forças Armadas. Em declaração à imprensa, o fascista foi claro: os militares podem ser acionados para intervir nos conflitos agrários. Por extensão, em qualquer choque dos explorados com os exploradores. Um problema político veio à tona. Bolsonaro acha que determinados governos não agem com a devida repressão diante do movimento de ocupação de terra. A GLO, modificada pelo projeto de lei que estabelece o “excludente de licitude” (direito de matar sem precisar responder processo), daria ao governo federal melhores condições de passar por cima do governador que mostrar qualquer complacência com o movimento dos sem-terra, etc.

A imprensa hipócrita alerta para o risco de se desvirtuar a função primordial das Forças Armadas. E recorre ao argumento técnico de que os soldados não são preparados para operações policiais. Todos sabem que, por trás do projeto de lei, está o general Augusto Heleno, que foi comandante das operações militares no Haiti. Há uma ala das Forças Armadas, pelo visto a mais atuante politicamente, que trama para que as funções policiais sejam implantadas na corporação. E, como assinalamos, expressa uma necessidade mundial, ditada pelo imperialismo, de reforçar o Estado policial nas semicolônias.

O problema está em que não tem havido uma resposta do movimento operário, camponês e popular. Os praticantes da conciliação de classes e ideólogos da democratização do Estado burguês não fazem senão resmungar sobre os perigos da repressão. Sequer têm sido capazes de se contrapor à nova lei do armamentismo, que dá aos grandes proprietários de terra o direito de montar milícias, já não bastando a utilização do jagunço.

Sabemos que não é simples, nem fácil, contrapor-se à militarização da política e ao fortalecimento do Estado policial. No entanto, as condições são favoráveis. O ponto de partida está em pôr em pé as organizações de massa, regidas pelo método da luta de classes e pela democracia coletiva. Por essa via, a classe operária e o campesinato potenciarão a capacidade de enfrentamento ao Estado policial. Naturalmente, emergirão os comitês de autodefesa, e projetarão a campanha política do direito ao armamento coletivo dos explorados, desmonte do aparato repressivo da burguesia, e combate ao Estado policial.

Fim da GLO! Não ao decreto lei ditatorial de Bolsonaro-Heleno! Pela garantia dos direitos democráticos dos operários, camponeses e demais oprimidos!

JOGO JURÍDICO REFLETE A CRISE POLÍTICA

A eleição de Bolsonaro não serviu para a burguesia estancar a crise política, que se agudizou no período do impeachment, e continuou sob o governo de Temer. A característica fundamental tem sido as divisões interburguesas. A crise econômica provoca conflitos de interesses no interior do Estado e da política partidária. É certo que os capitalistas se perfilaram em torno às contrarreformas. A queda do governo petista se deveu a essa necessidade do capital. Essa unidade interburguesa contra a maioria oprimida não elimina as disputas que se dão quanto à definição e implantação das diretrizes econômicas. As divergências de matizes ideológicas são secundárias.

É sintomático que o governo e o Congresso Nacional não tenham conseguido chegar a um acordo sobre a reforma tributária. Crescem, por sua vez, as dificuldades para o ministro Paulo Guedes levar adiante a reforma administrativa. A nova versão – a primeira anterior foi a de Dilma Rousseff – de benefícios, que desoneram a folha de pagamento das empresas que se cadastrarem no programa Trabalho Verde Amarelo, sofre contestação constitucional no Senado. Vários projetos de Bolsonaro foram reprovados, ou ficaram engavetados.

Apesar do governo rever “pragmaticamente” o alinhamento do Brasil à guerra comercial dos Estados Unidos, e recolher as pretensões de apoio ao sionismo, a questão ainda está aberta. A retomada da ameaça de Trump de taxar o aço e o alumínio do Brasil está dizendo a Bolsonaro que não pode negociar com a China acordos comerciais.

Por trás da cortina dos elogios distribuídos ao Banco Central por ter derrubado a taxa Selic ao menor patamar de sua história recente, os banqueiros e fundos se movimentam no sentido contrário, especulando com a alta do dólar. A de-

cisão do Conselho Monetário Nacional, de limitar a 8% ao mês os juros pagos pelo uso do cheque especial, causou reação da Federação Brasileira dos Bancos. Ainda está em debate o que fazer com os juros do cartão de crédito.

Por cima dos argumentos do governo e dos bancos, paira a avaliação de que o capital financeiro tem sido o grande ganhador no quadro da crise econômica. E, por cima de tudo, pesa a gigantesca dívida pública. A promessa de Bolsonaro/Guedes/Maia, de que a aprovação da reforma da Previdência, ao lado da trabalhista, iria possibilitar a retomada do crescimento do PIB, e derrubar a alta taxa de desemprego, não tem como ser cumprida. Surge a questão de como fazer novos ataques aos assalariados, sem que resultem em um levante popular, a exemplo do Chile. Nota-se que a margem de manobra do governo diminui. Surgem os obstáculos a medidas que onerem uma fração da burguesia em favor de outra.

A “sorte” de Bolsonaro foi que as centrais sindicais manobram com o movimento dos explorados contra a reforma da Previdência. Analistas insistem que a situação ainda está calma no Brasil, e que o problema consiste em acertar os ponteiros entre os próprios capitalistas. É nessas condições que o Supremo Tribunal Federal se deu ao luxo de teatralizar os conflitos internos ao Judiciário. Reprovou a prisão em segunda instância, e jogou para o Congresso Nacional a solução final. Deu causa à petição contrária à condenação do réu da Lava Jato, no caso de não ter podido exercer o direito de responder imediatamente às delações premiadas. Mas, deixou em aberto o procedimento, de maneira que não tornou imperativa a decisão. Lula foi solto provisoriamente. O Tribunal Regional Federal (TRF-4),

no dia 27 de novembro, julgou o caso de Atibaia, alterando a pena de Lula, ditada na primeira instância, para 17 anos e 1 mês. É clara a provocação de João Pedro Gebran Neto, seguida pelos demais desembargadores. A revelação do conluio do ex-juiz Sérgio Moro com o procurador Deltan Dallagnol, pelo Intercept, ficou por isso mesmo. Lula foi, sem dúvida, premiado com a soltura. No entanto, corre o risco de voltar ao confinamento. A maior certeza é a de que perderá seus direitos políticos por algum tempo.

A última jogada se realizou no final de novembro. O STF decidiu que não é necessária a autorização do judiciário para que se faça o compartilhamento de informação entre os órgãos de controle e o ministério público. Caiu por terra a tentativa do presidente do STF, Dias Toffoli, de centralizar e disciplinar o uso de informações financeiras para investigações. O governo deu apoio a Toffoli, que havia protegido o senador Flávio Bolsonaro das acusações de corrupção, quando era deputado no Rio de Janeiro. O caso escabroso de Flávio e Fabrício Queiroz envolve as milícias do Rio de Janeiro. O sigilo bancário, como se vê, protege apenas os interesses particulares do capitalistas e de seus representantes lacaios.

Essa descrição, apesar de incompleta, retrata perfeitamente a continuidade da crise política, e a proliferação dos conflitos interburgueses. Os reformistas do PT e aliados se acham enredados nessa trama das instituições e do poder econômico. A divisão interburguesa não é mau para a classe operária e demais explorados. É bom que se dividam e mostrem a face real do capitalismo e da democracia burguesa putrefatos. A vanguarda tem a seu favor as condições objetivas, por meio das quais se pode desenvolver o programa e a estratégia revolucionária no seio dos explorados.



Chacina de Paraisópolis

Nove jovens, entre eles Denys Henrique Quirino da Silva, de 16 anos, foram brutalmente assassinados pela polícia militar. Milhares participavam do baile funk de Paraisópolis, quando um comando policial invadiu o local, cercou os jovens e passou a atirar. Perseguidos pelas vielas da favela, foram barbaramente espancados, e nove deles assassinados.

Os noticiários, mais uma vez, pediram ao governo do estado que investigasse e, se for o caso, punisse os responsáveis. Mais uma vez, também, entraram em cena os especialistas em segurança pública, para explicar que uma das PMs mais bem treinadas do País deveria seguir o “protocolo” que orienta o uso adequado de armas letais. Uma das conclusões é de que, em um espaço tão fechado como aquele, em que se realizava o baile, com milhares de pessoas, a PM não poderia usar o método de ação que provocou o pânico e a correria dos jovens pelos funis da favela. Seguindo outra ordem de raciocínio, supostamente mais elevada, se reclamou que esse tipo de ocorrência não é compatível com o “Estado de Direito”.

O cinismo da imprensa monopolista burguesa e dos laicos que ganham muito bem para amortecer a contundência de acontecimentos bárbaros, como esse, não tem como ocultar que houve mais uma chacina premeditada, entre outras, que ocorreram intermitentemente.

O uso do terror policial tem sido uma arma do “Estado de Direito”, para responder à desintegração social, que tende a se ampliar com a decomposição do capitalismo. São recorrentes os acontecimentos dessa natureza e as denúncias de que essa violência do Estado recai sobre os pobres e oprimidos. O espaço físico do “teatro de operação” policial é o das favelas e dos bairros operários empobrecidos. De nada adiantam os cursos

preparatórios e “princípios” humanizadores do braço armado do Estado, quando a violência tem profundas raízes sociais. A burguesia e seu Estado agem sobre os efeitos, e jamais sobre as causas da violência. De forma que potenciam ainda mais a decomposição das relações sociais.

A mãe de Denys, uma vendedora ambulante, não se conforma que o filho “saiu para trabalhar e não voltou”. O garoto trabalhava como auxiliar de serviços em uma loja de tapetes. Esse relato é para dizer que Denys não era criminoso. Mostrando conhecimento de causa, a mãe explicou: “nasci e cresci em periferia e sei que nem todo mundo ali é bandido”. Ocorre que essa diferenciação não serve à polícia. O “bandido” é criado no mesmo meio dos não-bandidos. Mais ainda: o denominado “bandido” é produto da brutal exploração capitalista do trabalho, do desemprego e do subemprego. O que a burguesia pode fazer em um país em que 38,8 milhões de brasileiros vivem na informalidade?

A classe operária e demais explorados estão diante do fato de que enormes parcelas da juventude vêm sendo destruídas como força de trabalho. O desemprego, subemprego e os baixíssimos salários sacrificam milhões de jovens. Milhares e milhares nunca tiveram ou terão um posto de trabalho, de acordo com a necessidade elementar da existência. Acontecimentos trágicos, como esse de Paraisópolis, expõem que as condições objetivas para a revolução proletária, estão dadas. É preciso construir o Partido Operário Revolucionário. A juventude tem uma enorme importância para organizar as lutas, elevar a consciência de classe coletiva e forjar o partido que dirigirá o movimento de emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores.

Parlamentares e direção do PSOL devem explicações às suas bases

É precisam que digam por que apresentaram na Comissão Especial da Câmara dos Deputados um destaque ao projeto de lei que muda as regras de aposentadoria aos militares, policiais e bombeiros. Segundo a edição de 30 de outubro, do jornal O Estado de São Paulo, o PSOL apresentou um destaque “que estendia o aumento dessa gratificação a todos os militares e acabava com a diferenciação por curso e qualificações.” A referida gratificação assegura um aumento de 73% para gerais, e 12% para militares de baixa patente.

Segundo a notícia, o DEM apresentou uma posição semelhante. Como o destaque do PSOL não passou, o do DEM ficou prejudicado. Assim que o projeto chegar ao Senado, o “PSOL prometeu apresentar um requerimento com 51 assinaturas para levar a votação em plenário.” No mesmo sentido, o “deputado Delegado Waldir (PSL) pediu que o presidente libere os partidos para votarem, no plenário, a favor do reajuste da gratificação para todas as patentes”.

Lembramos que o projeto inicial de Bolsonaro/Guedes se restringia aos militares, separando e diferenciando-os da reforma geral, que golpeou duramente a imensa maioria dos brasileiros. Saltou à vista o privilégio concedido às Forças Armadas. Não é preciso explicar os motivos. A bancada da bala e Associações de policiais se movimentaram para não serem enquadrados no regime geral do INSS. Finalmente, a polícia militar e bombeiros foram enquadrados no projeto original.

A diferenciação e a manutenção dos privilégios àqueles que têm o poder das armas foram necessárias, para o governo e o Congresso Nacional conseguirem aprovar a reforma da Previdência. Cumprida a principal etapa, montou-se a Comissão Especial para encaminhar a reforma especial dos militares e policiais. Pode ser que nem chegue a ser votada em plenária.

No movimento contra a aprovação da reforma de Bolsonaro-Guedes, o POR lutou contra a diretriz do PT e aliados, entres eles o PSOL, de apresentar emendas. Havia de rechaçar integralmente a contrarreforma. Não permitir que o Congresso Nacional manobrasse com a bandeira de justiça, e de fim dos privilégios. Era igualmente preciso denunciar a separação dos militares e policiais, concedendo-lhes um lugar especial, quando sua função é completamente parasitária, e voltada a garantir os interesses dos opressores da classe operária, dos camponeses, da classe média urbana empobrecida, da juventude, e, em particular, das massas negras da população.

Agora, o PSOL apresenta uma emenda, na forma de destaque, que estende os privilégios a todos os militares e policiais. Essa conduta política comprova que a posição de emendar o projeto do governo correspondia à capitulação. Capitulação essa que foi mais longe ao propor um destaque que justifica a sua presença na Comissão Especial. O POR condena essa atitude anti-operária e antipopular do PSOL.

MILITANTE DO PSOL TEM SUA CASA INVADIDA PELA POLÍCIA

Em Mossoró-RN, uma militante do PSOL teve sua casa invadida, no meio da madrugada, por policiais fardados e sem mandado judicial, os quais alegavam ter denúncia que ali, naquele lugar, existia um comércio ilegal de drogas. Na operação, levantaram uma pequena porção de maconha. Algemaram Maitê, mesmo sem oferecer qualquer resistência. Mesmo sabendo que não oferecia nenhum risco, e não tendo nenhuma prova de periculosidade, os policiais usaram a violência, a ilegalidade, e tentaram forjar falsas provas.

Vale lembrar que a militante do PSOL é uma mulher trans. Em agosto de 2019, recebeu a carteira da OAB, evento que ganhou notoriedade na cidade, por ser a primeira advogada transexual, foi manchete de vários jornais de âmbito municipal e nacional. Em torno disso, uma carga de preconceitos e discriminações caiu sobre a sua pessoa. Quando ocorreu a emboscada policial, da mesma forma, foi manchete de vários jornais, agora na esfera policial, com títulos mencionando “primeira advogada trans é presa por tráfico de drogas”, expondo fotos da mesma, mencionando o gênero e incitando comentários com discursos reacionários.

O que está por trás do discurso de combate às drogas? A violência aplicada no alegado combate às drogas não consegue esconder que o alvo são os pobres e miseráveis. A criminalização da pobreza é um reflexo das contradições econômicas e sociais do capitalismo, principalmente em sua fase imperialista de decomposição.

Denunciamos a arbitrariedade policial contra a militante do PSOL. Reafirmamos que as discriminações são reflexos da sociedade de classes. Serão eliminadas pela revolução proletária e construção do socialismo.

Nota de Falecimento Companheiro Jodinaldo de Lucena, presente!

No dia 26/11, recebemos a notícia de que o camarada Jodinaldo, ex-militante do POR, foi assassinado.

No dia de sua morte, o POR realizou um ato político na UFRN, lugar onde militou e se identificou com as reivindicações dos estudantes. O ato teve o tema “Jodinaldo de Lucena, presente! Vingar a sua morte com a destruição da burguesia! Viva a luta pela emancipação dos trabalhadores! Viva o socialismo e a revolução proletária!”.

O ato contou com a presença da direção do DCE, dirigida pelo PSOL, e as correntes desse partido (Juntos, LSR, Nova Praxis, Resistência), MRT, PCB, que se solidarizaram, e citaram outros militantes assassinados, como Marielle e Anderson, militantes do MST, indígenas e quilombolas, etc. Contou, também, com a presença de ex-militantes do POR, que relembaram a trajetória de Jodinaldo no movimento.

O POR rende homenagem pelo que fez em favor da militância revolucionária.



Quinzena Operária

Recife: Abaixo a demissão dos cobradores e a dupla função dos motoristas!

O governo do Estado de Pernambuco (PSB), que comanda o Grande Recife Consórcio de Transporte, vem implementando, junto ao Sindicato das empresas de Transporte (Urbana-PE), a retirada dos cobradores de ônibus, e instituindo a dupla função para os motoristas. Para se ter uma ideia, 126 linhas já operam sem cobradores; até maio deste ano, eram apenas 58, das 399. O fato de todas estas demissões terem sido executadas, sem nem mesmo uma consulta facultativa ao Conselho Superior de Transportes Metropolitanos (CSTM), instância que “deveria” delegar as principais mudanças no transporte público, segundo os legalistas por conter representantes (em menor quantidade) da sociedade civil, só mostra o quão enganoso são estas ideias de participação popular que, por ventura, viriam a democratizar o estado, mesmo no capitalismo.

O avanço das novas tecnologias é só o pretexto que oculta as medidas da burguesia para manter seus lucros, em tempos de crise. O governo do Estado, além de garantir subsídios anuais de cerca de R\$ 250 milhões, ainda é cúmplice da manobra para permitir que as empresas passem as demandas do cobrador ao motorista, que receberá apenas R\$ 135 a mais.

A recém eleita gestão do Sindicato dos Rodoviários (Resistência/Conlutas) defende a bandeira contra a dupla função e pela defesa dos cobradores. Contém em seu interior quadros da luta, e vem, há quase dois meses, convocando atos no centro e nos bairros, em defesa da manutenção do emprego dos cobradores. Há uma disposição de luta da categoria.

É necessário, porém, que a gestão consiga manter a indepen-

dência de classe, sem submeter a disposição de luta ao âmbito jurídico burguês. Nada de aguardar o MPPE ou MPT apurar e ditar “o que deve ser melhor para ambos os lados”. Ou alimentar a ilusão na via parlamentar. Os cobradores já dizem alto que seu emprego é o mais importante, portanto nenhuma ponderação, emprego não se negocia, defende-se com luta! Nenhum cobrador deve perder seu emprego, e os que perderam devem ser recontratados! Está é a reivindicação a ser posta de pé! A gestão conta com o apoio popular dos demais trabalhadores, que também são usuários do transporte público, e se solidarizam, demonstrando sua revolta com a retirada dos cobradores. O desemprego é um terror que aflige a todos. Para que o movimento ganhe força, é necessária uma bandeira programática que colida diretamente com desemprego, e traga unidade entre todos os explorados, empregados e desempregados, esta bandeira é a Escala Móvel das Horas de Trabalho, que somará todas as horas de trabalho socialmente necessárias e dividirá pelo número de pessoas aptas ao trabalho, sem redução salarial. Dividindo melhor as horas de trabalho, a tendência geral é de redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, mais emprego. É necessário o apoio e unidade com outros setores.

Além disso, é preciso avançar no campo da luta de classes. Estas demissões são a continuidade dos ataques deflagrados em 2017. Enquanto o controle do transporte estiver na mão do Estado burguês, a classe operária estará ameaçada. É necessário avançar! Propagar e defender a expropriação de todo transporte público da RMR, sem indenização, e sob o controle operário.

MANIFESTAÇÕES NO “DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA”, FESTIVAS E ELEITOREIRAS

Recife

O dia da Consciência Negra foi marcado com uma marcha, que se concentrou no Parque 20 de Novembro. Apesar da programação reservar um momento inicial para as falas de organizações políticas, ele teve um caráter culturalista e festivo, saído em cortejo com Afoxé.

As intervenções expressaram a necessidade de ocupar os espaços das universidades e parlamento burguês, como forma de combater o racismo. Foram comemorados os dados do IBGE, que mostram que os negros são maioria nas universidades públicas. E, diante desse resultado, a defesa da política reformista, de possibilidade de diminuição do racismo e melhora das condições de vida dos negros no sistema capitalista. Nessa perspectiva, as “Juntas” do PSOL apontaram a necessidade de alternativas eleitorais para o próximo período.

O POR atuou com a banca de materiais, distribuição do manifesto e fala. Em um momento de duros ataques do governo, que atingem principalmente os negros, que compõem a maioria dos explorados no Brasil, nada se tem a comemorar. Não é preciso apontar o aumento da violência do Estado burguês, que assassina de crianças a idosos, que mata com o desemprego, salário de fome, ou diretamente, com a violência policial. As derrotas que sofremos, com a aprovação das reformas trabalhistas e da Previdência, foram um retrocesso nos direitos trabalhistas, conquistados com o sangue da classe operária, que enfrentou uma burguesia que se sustentou com séculos de escravidão. Nada temos a comemorar! É necessário convocar negros e brancos, sob unidade dos explorados, a retomarem a luta contra a aplicação da reforma trabalhista e revogação da reforma da Previdência. Essa bandeira não tem espaço no parlamento burguês, que está unido, para desfechar todo o ônus da crise econômica em nossos lombos, e retomar os resquícios da escravidão (quando nos arranca direitos e nos faz trabalhar até morrer). É preciso que convoquemos assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia, com a política de independência de classe, e sob os métodos próprios de luta, baseados na ação direta – retomar a greve geral em defesa das condições de vida de todos explorados.

(...) a única forma de acabar com o racismo e toda forma de opressão e miséria será destruindo o capitalismo, expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução proletária (...)

São Paulo

No dia 20 de novembro, se realizou a 16ª marcha da Consciência Negra em São Paulo. A concentração aconteceu no Masp, e saiu em marcha até o Teatro Municipal. O movimento negro unificado (organizadores do ato), PT, PCdoB, PSOL, POR, Conlutas, intersindical e outras correntes fizeram uso da palavra.

O PT, utilizou o ato para fazer campanha eleitoral. Limitou-se a fazer críticas ao governo Bolsonaro, e chamou os negros e negras a votarem uma vez mais em sua política assistencialista, reformista, que mostrou seu fracasso durante o governo PT Lula/Dilma. Não falaram nenhuma palavra sobre a necessidade de preparar a greve geral contra as reformas da Previdência e trabalhista, do governo facitizante de Bolsonaro.

Os representantes dos movimentos negros expressavam o profundo ódio, ao denunciar os casos de racismo, tortura e assassina-

to da juventude negra na periferia. Mas, apesar de seu ódio e instinto de revolta, não conseguiram apresentar uma saída revolucionária, de classe, para acabar com o racismo e a discriminação. Concluíam, assim, dizendo que os negros deveriam pensar bem antes de votar, defendendo maior participação dos negros nas instituições do Estado, por meio das eleições burguesas.

A Conlutas, Intersindical, PSOL e MRT criticaram o governo Bolsonaro, denunciaram o racismo e opressão contra os negros. Defenderam o fim do capitalismo, porém, sem defender a tática e estratégia própria de poder do proletariado.

O militante do POR defendeu a importância de levantar no dia da Consciência Negra a bandeira da consciência de classe. Que o aumento da violência e toda forma de opressão contra os negros é parte da ofensiva geral da burguesia contra as massas exploradas em todos os países. Defendeu a necessidade de retomar a greve geral, unificar a luta da classe operária, camponeses, estudantes, negros e brancos explorados, para revogar as reformas da Previdência, trabalhista e a lei da terceirização. Afirmou que não se coloca fim ao racismo e à violência por meio das eleições. Que a única forma de acabar com o racismo e toda forma de opressão e miséria será destruindo o capitalismo, expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução proletária, e pela constituição de um governo operário e camponês. O POR interveio com a distribuição do Manifesto e com a divulgação dos materiais partidários.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Manifesto**Partido Operário Revolucionário**

Transformar a manifestação do Dia da Consciência Negra em assembleia

Que seja o ponto de partida da retomada da luta contra os ataques de Bolsonaro-Guedes e do Congresso Nacional à maioria explorada. Que faça um chamado às centrais sindicais para preparar uma nova greve geral. Que se coloque pela unidade de todos os oprimidos contra a exploração e opressão capitalistas. Que levante a bandeira de fim da discriminação racial como parte da luta pelo socialismo. Que o Dia da Consciência Negra seja pela emancipação de todos os explorados e oprimidos diante da dominação burguesa!

20 de novembro de 2019

As estatísticas sobre a discriminação sofrida pelos negros são muito conhecidas e contundentes. Não é preciso, aqui, recorrer aos números. Sabemos que a odiada diferenciação entre negros e brancos começa na hora de arrumar o emprego e receber o salário. Entre os desempregados e subempregados, a grande maioria é de negros. A mulher negra, em particular, sofre brutalmente com a dupla jornada de trabalho. Arca com o trabalho mais pesado e precarizado. Milhões delas são arri-mos de família. É na exploração capitalista da força de trabalho que encontramos a raiz da discriminação racial.

É preciso, também, reconhecer que milhões de operários e camponeses brancos sofrem com o desemprego, a pobreza e a miséria. É necessário ressaltar a desigualdade criada pelos capitalistas entre negros e brancos oprimidos. As consequências dessa relação social, certamente, recaem pesadamente sobre a população negra, que é a maioria dos brasileiros.

As estatísticas também mostram que o maior número de homicídios atinge os pretos. As prisões estão repletas de homens e mulheres pretos. As favelas e cortiços são povoados de maioria preta. É nesses grandes conglomerados de pobres e miseráveis que se instalam o narcotráfico, as milícias e a guerra social. Quase sempre as notícias de chacinas e mortes por “balas perdidas” expõem as vítimas negras. São consequências inevitáveis das condições de exploração capitalista, que mantém cerca de noventa por cento dos brasileiros na pobreza e miséria. Sendo a maioria de negros.

É importante não confundir, nem ocultar, o que é causa e o que é consequência. Nem tampouco deixar de combater as consequências, caminho pelo qual os oprimidos chegam às causas. Têm sido valiosas as campanhas de denúncias sobre a discriminação racial. As revelações de que a repressão policial é marcada pela cultura do preconceito racial se estendem a todas as formas de discriminação. Por mais que setores da burguesia e da intelectualidade condenem os preconceitos, e por mais que se tenham aprovado leis para criminalizar os atos de discriminação, os negros – principalmente, operários, camponeses, favelados e cortiçados – continuam a sofrer as consequências da discriminação, que se origina na exploração do trabalho.

É visível que, nos momentos mais agudos da crise econômica, recrudescer a questão negra no País. As demissões generalizadas e o aumento do desemprego e subemprego, principalmente com a recessão de 2015-2016, jogaram na miséria milhões de trabalhadores, que se encontravam nas condições de pobreza. A maioria que desceu da pobreza para a miséria é

negra. Há que ressaltar o gigantesco contingente da juventude negra que vem sendo arrastada pela barbárie capitalista.

A burguesia e seus governos não têm outra solução para a decomposição do sistema capitalista, a não ser descarregar sua crise estrutural sobre a maioria oprimida, que, como dissemos, é formada de negros. O ataque geral à classe operária e aos demais trabalhadores repercute em todo o País, precisamente porque agrava as condições da maioria negra. A questão racial vem à tona, impulsionada pelo avanço da pobreza e da miséria. Todos os dados estatísticos sobre a discriminação racial se elevam.

As reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da liberdade econômica e o programa “Trabalho Verde Amarelo”, atingem os trabalhadores, independentemente da cor da pele. No entanto, atingem muito mais as massas negras, que são as mais desprotegidas, e que, historicamente, suportam o maior peso da opressão capitalista.

O governo de Bolsonaro não é reacionário apenas pelo fato de ostentar a ideologia racista, mas fundamentalmente porque protege o grande capital, sacrificando a vida da maioria oprimida. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro golpeiam frontalmente a maioria negra. Somente um poderoso movimento dirigido pela classe operária pode combater e derrotar a ofensiva burguesa.

O Dia da Consciência Negra deve levantar a bandeira da consciência de classe. Eis por que devemos transformar esse dia em assembleias por todo o País, para exigir das centrais sindicais e dos movimentos a retomada da luta. Dizemos retomada, porque as centrais desmontaram o movimento, traindo a luta contra a reforma da Previdência. Caso isso não aconteça, perdemos um momento precioso para potencializar o combate à discriminação racial.

Aqueles que de fato estão pelo fim de todo tipo de opressão e discriminação devem rejeitar que o Dia da Consciência Negra seja de festividades, discursos vazios, encenações e outros artifícios distracionistas. Ao contrário, tem de ser um dia de combate. Um dia de punhos cerrados contra o governo escravizador do povo e contra a burguesia escravocrata. Deve ser um dia em que os trabalhadores negros convoquem seus irmãos brancos a levantarem a bandeira de um poder próprio da classe operária. Um dia em que se diga que a emancipação do negro será obra de um governo operário e camponês, constituído pela revolução proletária.

Viva o Dia da Consciência Negra proletária!

Afuse

Direção do sindicato realizou uma palestra sobre o racismo no ambiente escolar

Chamou a atenção dos presentes, no início do evento, o desabafo da direção da Afuse à Oposição. Na realidade, tratava-se de um ataque à Corrente Proletária na Educação-POR. Disse que as críticas às posições e práticas da direção do sindicato constituíam um ataque ao sindicato. Não é capaz, portanto, de distinguir a política levada pela direção do instrumento de luta, que é o sindicato. Como a Corrente Proletária vem travando um combate à política da burocracia que comanda o sindicato – que não organiza os funcionários para enfrentar o governo, que não convoca assembleias gerais para decidir coletivamente o caminho da luta, que pratica a política de conciliação de classes, ao invés de impulsionar a luta direta contra os governos, pelo direito de se expressar livremente nas reuniões, etc. –, descarregou o desabafo sobre esse setor da Oposição. Isso mostra o quanto essa direção petista se tem convertido em agente da política burguesa contra a política revolucionária, que se expressa no sindicato e nas escolas. Não por acaso, as reuniões

sindicaís se transformaram em tribuna exclusiva de discurso da direção petista, impedindo ou limitando o direito de manifestação de setores de oposição, e mesmo da base.

Após o ataque ao POR, o presidente abriu a palestra apresentando o professor Jacino, que falou sobre o papel dos funcionários na luta contra o racismo. Iniciou sua exposição explicando como, no percurso da História, foi justificada a escravidão de negros e negras pelas classes dominantes. Destacou o papel da Igreja e dos colonizadores, justificando a escravidão a partir dos preceitos religiosos, e com as mais diversas teorias pseudocientíficas. Assinalou que, mesmo com o passar do tempo, o racismo persiste, diretamente ou indiretamente, uma vez que segue presente na política das instituições públicas. Disse que o escravismo no Brasil acabou, mas não o racismo. E que é isso o que se reproduz e perpassa no ambiente escolar.

Sem dúvida, a história do Brasil é marcada pela luta contra o racismo e as discriminações em geral. Mesmo

com a aprovação de leis, que tipificam como delito a discriminação racial, o racismo continua vigente. Ocorre que é fundamental ir às causas da opressão sobre o negro, que estão no sistema de exploração do trabalho. Constatação a que não poderia chegar o palestrante. Isso por que implica a organização da luta para pôr abaixo o capitalismo.

A Corrente Proletária do POR, em sua intervenção ultralimitada, pelo tempo determinado pela burocracia, destacou a raiz do racismo: a propriedade privada monopolista e as relações de produção firmadas na exploração do trabalho assalariado. Assinalou que a luta contra as políticas racistas e pelo fim de todas as formas de discriminação deve fazer parte do programa da classe operária e demais explorados, brancos e negros, e se choca necessariamente com a burguesia e seus governantes. E deve estar estritamente vinculada à estratégia da derrubada do capitalismo e implantação de uma sociedade sem classes, pela via da revolução proletária.

Governadores impõem a reforma da Previdência

Nem bem foi aprovada a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, os governadores, temendo atraso em votar a PEC paralela dos estados e municípios, impuseram às Assembleias Legislativas os projetos de reforma da Previdência. Em São Paulo, Doria/Meirelles apresentou a reforma da Previdência, acompanhada de um suposto Plano de Carreira, para cortar na carne o que restava de conquistas do magistério. No Paraná, Ratinho Júnior (PSD) fez o mesmo. Os governadores aproveitaram o apagar das luzes do final do ano, para descarregar sobre os servidores uma violenta reforma. Outros governadores, Flávio Dino (PCdoB), Camilo Santana (PT), etc., de direita e da chamada esquerda, anteciparam a decisão, e já fizeram aprovar a elevação das contribuições.

A justificativa do governo Bolsonaro, de que a Previdência é deficitária e que o rombo tende a crescer, faz coro nos estados e municípios. O Secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, o homem do PSDB que chicoteou os trabalhadores com a draconiana reforma trabalhista, quando foi ministro de Temer, quer fazer o mesmo com o funcionalismo público. Apresentou o projeto nos mesmos termos da reforma

da Previdência de Bolsonaro. Na versão original, previa um desconto sobre os salários, que ia de 11% para 14%, e, por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLC), propunha tornar as contribuições “flexíveis”, atingindo 22%. Portanto, nos moldes da reforma da Previdência federal. No entanto, afirma que o importante é aprovar uma contribuição “média” de 14%. O projeto de Doria/Meirelles, assim, aumenta a idade mínima, altera drasticamente os critérios para o cálculo das aposentadorias, reduz o valor da pensão por morte, cria duas regras de transição, uma por idade e outra por pontos, ambas para aumentar o tempo de contribuição, e obrigar o servidor a trabalhar mais tempo.

No Paraná, o projeto de Ratinho Júnior segue a mesma determinação: aumenta o percentual de contribuição, eleva o tempo de serviço, e diminui o valor da aposentadoria. Cria, também, a regra de transição para os funcionários que já estão nos serviços públicos. Tão perversa quanto a de Doria.

Como se vê, os governadores querem a aprovação imediata. Certamente, servirão de carro-chefe para outros governadores e prefeitos também fazerem o mesmo. Contam, para isso, com

os deputados e com o “toma lá dá cá”, por meio das emendas parlamentares.

Reação do funcionalismo

No Paraná, milhares de servidores em greve ocuparam a Assembleia Legislativa, no dia 3 de dezembro, visando a impedir a votação da proposta de reforma. O governador acionou a tropa de choque (ROTAM), que passou a reprimir violentamente os funcionários públicos. Os deputados não tiveram alternativa, a não ser encerrar a sessão de votação.

Em São Paulo, a direção da Apeoesp convocou uma assembleia, em que três propostas foram apresentadas. 1) a da direção (PT), junto com o PSOL, de greve somente nos dias de votação, às terças-feiras; 2) a do PSTU, contrário à greve no final do ano; 3) a do POR, de greve imediata, paralisando as escolas, convocando assembleias gerais, juntamente com o funcionalismo, e chamando a unidade grevista de todos os servidores públicos. Venceu a proposta da direção. Assim, o que há é uma greve “pipoca”, e na terça-feira ocorre uma assembleia para reforçar a “pressão parlamentar” e a “vigília” na Assembleia Legislativa. Portanto, as escolas e os serviços públicos funcionam normalmente e uma vanguarda se dirige ao local, nos dias indicados.

A reação do funcionalismo no Paraná apontou o caminho correto. Derrubar o projeto pelos métodos próprios dos traba-

lhadores: greve e ocupação. No caso de São Paulo, as direções continuam com os métodos de manifestações pacíficas: audiências públicas, visita aos gabinetes dos parlamentares, e uma greve fajuta. É preciso mudar o rumo do movimento para poder derrotar o projeto de Doria.

Posição da Corrente Proletária

Nas assembleias e no Conselho de Representantes, a Corrente Proletária tem insistido em três propostas: 1) aprovar uma verdadeira greve; 2) fazer um chamado ao funcionalismo para uma greve unificada; 3) ganhar as ruas com manifestações massivas e unitárias. O que vêm chocando com as propostas da burocracia sindical e com as correntes que as têm apoiado. No entanto, o discurso da direção e de seus aliados é de que as escolas estão em ritmo de final de ano, e que não há disposição para uma greve por tempo indeterminado. Essa posição vem sendo aprovada nas assembleias, que continuam sendo pequenas. Essa posição tem auxiliado o governo na determinação de que é preciso aprovar a reforma ainda esse ano.

A Corrente Proletária vem chamando a parcela mais consciente do funcionalismo a lutar para derrubar integralmente a reforma da Previdência e o plano de carreira de Doria/Meirelles. O que significa aprovar a unidade grevista dos servidores, as assembleias conjuntas e as manifestações massivas nas ruas.

Balanço do 33º Congresso do Sinasefe

Maior fragmentação com a desfiliação da CSP-Conlutas, e incapacidade de responder aos ataques do governo

Entre os dias 14 e 17 de novembro, ocorreu, em Brasília, o 33º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais (que organiza técnicos administrativos e docentes dos Institutos Federais de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFs) e outros colégios federais como os CEFETs e o Colégio Pedro II, no RJ), com o temário “É preciso lutar, é possível resistir”. O Congresso ocorreu em um momento muito importante para luta dos explorados, após uma dura derrota, com a aprovação da reforma da Previdência e o anúncio do “Plano Mais Brasil” de Bolsonaro/Guedes, que ataca principalmente os serviços e servidores públicos. Apesar da importância, o atraso na programação impediu melhor discussão das teses apresentadas para serem debatidas no Congresso.

Diante da importância política e organizativa do Congresso, para responder ao Plano Mais Brasil, as correntes que compõem majoritariamente a direção nacional (como PSOL e PT) apresentaram dois pontos principais: 1) a desfiliação da CSP-Conlutas, aumentando a fragmentação do movimento sindical e isolamento dos servidores públicos. 2) A bandeira de “Lula nas ruas para combater o governo Bolsonaro”, evidentemente com oportunismo eleitoral, ao mesmo tempo que combateram as teses que chamavam o Congresso a se colocar pela ação direta e pela greve geral, como resposta aos ataques do governo.

Desfiliação da CSP-Conlutas

A desfiliação da CSP-Conlutas foi a principal discussão da mesa de Conjuntura Nacional, defendida pelo PT, PSOL e PCB, onde a justificativa para desfiliação era a política do PSTU, de não reconhecimento do golpe de 2016, bandeira de “fora todos”, e não defesa da liberdade de Lula. A defesa da CSP-Conlutas, principalmente pelo PSTU, era de louvores da central, sem nenhuma autocrítica, principalmente na composição da frente com as demais centrais, onde foi arrastada pelas maiores (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, etc) a impulsionar campanha de abaixo-assinado e negociar pontos da reforma da Previdência no parlamento, abandonando a ação direta e a greve geral, como apontamos em nossa tese. A defesa pela desfiliação da Conlutas não era por ter seguido a política da frente burocrática das centrais, que concentrava as decisões numa cúpula de dirigentes distanciados da base, mas por defender que agora é necessário fazer uma frente ampla com todas as forças que se coloquem contra a política do governo fascizante de Bolsonaro, e avaliam que a mais importante é Lula/PT. A saída da Conlutas não se baseou na defesa de volta à CUT, porque, certamente, seria muito contraditório, pois, também afirmaram que a Conlutas não estava construindo a luta, defenderam o fortalecimento de um “Fórum de servidores, movimentos so-

ciais e entidades sindicais e estudantis”, que futuramente discutirá para onde ir (formar nova central, entrar em alguma ou ficar sem central). Ou seja, mais uma expressão do aventureirismo da política divisionista, iniciada pelo PSTU, quando cindiu com a CUT para formar a Conlutas. E a defesa da Conlutas, feita pelo PSTU, permaneceu no âmbito do aparelho, como divisionistas, sendo incapazes de defender a permanência do SINASEFE na Central, contra a maior fragmentação do movimento sindical e defesa da construção de uma central única.

Intervenção do POR

O POR teve uma intervenção política importante. Montou uma banca para divulgar os materiais do partido. Distribuiu um manifesto que convocava os delegados a organizar a luta contra os ataques do governo. E interveio nas plenárias de conjuntura, defesa de tese, grupos de trabalho, etc.

Nossa fala no debate de conjuntura teve dois eixos importantes interligados. A avaliação crítica do último período, denunciando a traição da frente burocrática das centrais, nas lutas contra a reforma trabalhista e previdenciária, e a tarefa de organizar a luta contra os ataques do governo Bolsonaro. Mostrou que era necessária uma avaliação precisa do desenvolvimento da luta de classes, para preparar uma resposta com independência política da burguesia. Apontou que o entreguismo do governo Bolsonaro/Guedes, privatizações, entrega da base de Alcântara, etc., precisaria ser respondido com a criação de uma frente única anti-imperialista.

O debate sobre a constituição de frentes foi decisivo. De um lado, os setores reformistas defenderam claramente a criação de uma frente ampla eleitoral, com “todos os setores progressistas” (principalmente com Lula). Por outro, os setores próximos à Conlutas defendiam a frente única. O POR insistiu na necessidade de uma frente verdadeiramente de luta para responder aos ataques dos governos, ressaltando a necessidade de retomar a greve geral.

Ao mesmo tempo em que acontecia o congresso, a embaixada da Venezuela foi invadida por grupos da ultradireita. No dia seguinte, o embaixador foi ao congresso fazer uma fala sobre o ocorrido. Neste momento, se destacou a defesa de uma luta contra o imperialismo por diversos delegados de outras correntes e partidos. Contudo, não passou de arroubos esquerdistas e oportunistas, já que não defenderam esta tática para enfrentar o entreguismo de Bolsonaro.

Balanco do 33º Congresso do Sinasefe

É importante destacar que o congresso, dominado pelo reformismo, recusou integralmente apenas duas teses nas votações do plano de lutas, a tese 79, de membros da CSP-Conlutas, e a tese 82, do POR. Com argumentos frágeis, se colocaram contra nossa tese, que apresentava a ligação entre a luta pelas necessidades mais sentidas dos explorados com a da destruição do capitalismo e a tomada do poder pelo proletariado. A resposta de uma ampla parcela de delegados a esta formulação foi de que se tratava de uma tese “utópica” ou “fantasiosa”.

Estatuto

Este congresso também foi estatuinte, e um dia dele foi dedicado às mudanças estatutárias propostas. O POR não escreveu teses estatutárias, mas se posicionou sobre dois pontos: proporcionalidade e paridade. Com relação à proporcionalidade, a corrente sindical “Firmes na Luta”, composta por inde-

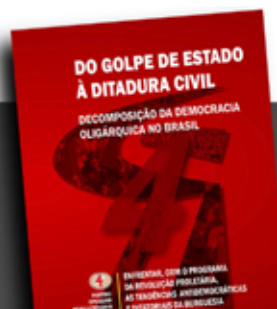
pendentes e militantes da Intersindical Vermelha, defendeu o fim da proporcionalidade, por haver muitos conflitos no interior da direção nacional. As demais correntes se colocaram pela manutenção da proporcionalidade, que foi mantida. Com relação à paridade (50% de mulheres nas sessões e DN, para aumentar a representatividade das mulheres), alegando atraso, o debate não foi feito nos grupos, nem no plenário. O POR, apesar de não ter escrito sobre isso em sua tese, defende que o problema não é a ques-

tão da cota de 50%. Diz que não se trata de criar soluções administrativas para um problema social, que acabam servindo de trava à construção do sindicato (dificuldades em construir chapas para compor o sindicato, etc.). Coloca-se contra a paridade e defende a luta coletiva para pôr fim a todas as formas de discriminação, que certamente tem sua raiz no sistema de exploração do trabalho.

Como conclusão do 33º congresso do Sinasefe, a Corrente Proletária avalia que não serviu para armar os explorados diante dos ataques do governo. Não foi capaz de fazer um balanço da traição das burocracias das centrais sindicais. Não aprovou um plano de lutas, que tivesse como centro a retomada da greve geral para enfrentar os novos ataques de Bolsonaro. E, por fim, serviu para aumentar a fragmentação sindical, desfilando o sindicato da CSP-Conlutas. Lamentavelmente, no entanto, o congresso se colocou por constituir uma frente ampla, com Lula, para derrotar Bolsonaro. Portanto, uma conduta eleitoreira. É fundamental que a vanguarda mais consciente faça um balanço do congresso, e se coloque por constituir uma oposição classista.

**[O 33º congresso do Sinasefe]
(...) serviu para aumentar
a fragmentação sindical,
desfilando o sindicato da CSP-
Conlutas. (...) É fundamental que
a vanguarda mais consciente
faça um balanço do congresso,
e se coloque por constituir uma
oposição classista.**

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rondônia**Balanço do XV Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO)**

O XV congresso do Sintero aconteceu no momento em que o país se encontra em profunda crise política, potenciada pela crise econômica. Momento em que o governo Bolsonaro ataca os explorados, impondo reformas e medidas antipopulares e antinacionais, a exemplo da reforma da Previdência e do “Plano Mais Brasil”.

Como de costume, foi um congresso festivo e distracionista. A direção alegou a comemoração de 30 anos de fundação do sindicato. Foi um dos congressos mais despolitizados. Tentou manter a base presente nas plenárias, anunciando sorteios de brindes, liquidificador, celular e TV. Depois de inúmeros “sorteios”, manteve os delegados reunidos para a festa da noite, a “Festa Gospel”, com muitos “comes e bebes”

O distracionismo e a conciliação de classes ocorreram do começo ao fim. Chegaram ao absurdo de convidar para compor as mesas de debates integrantes da política burguesa local. Estiveram presentes, assim, o ex-governador Daniel Pereira (PSB), que já foi vice de Confúcio Moura (PMDB), e hoje é o atual presidente do SEBRAE. O político burguês fez “análise de conjuntura do estado”, defendeu o empreendedorismo, e a intermediação tecnológica, base do ensino a distância, a EAD e, por conseguinte, o fortalecimento da privatização do ensino público.

Não poderíamos estranhar que o representante da burguesia local convidasse todos os presentes ao Congresso para a mais vil conciliação de classes, chamando “*todos para acabar com as diferenças entre esquerda e direita*”. Como auge simbólico dessa conciliação, que só interessa à classe dominante e aos seus governos, pediu que todos dessem a mão.

Para “a análise da conjuntura nacional” foi indicado Carlos Abicalil, assessor parlamentar da comissão permanente de direitos humanos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que exaltou a figura do ex-presidente Lula.

As demais plenárias de caráter academicista não atraíram a efetiva participação dos delegados. Além disso, o tempo destinado às intervenções foram muito reduzidos, e direcionados a perguntas, tendo em vista o objetivo de impedir intervenções que rechassem o discurso predominante da diretoria, que é o de manter a conciliação de classes e impedir a expressão de uma política independente, que se centrasse na análise dos problemas atuais e nas respostas ligadas à luta de classes, que deveriam emergir do atual momento.

A Corrente Proletária da Educação/POR é a única corrente política que apresenta teses nos Congressos do Sintero. Mas, por se tratar de uma corrente revolucionária, a direção sindical sempre procura boicotá-la. Nos primeiros congressos, a burocracia manobrava para impedir as contribuições do POR. Mas, com a denúncia sistemática, passou a admitir a nossa tese e, assim, pu-

demos defendê-la, no início do Congresso.

Este é, portanto, o terceiro Congresso que a Corrente Proletária apresenta a tese. Contou com 15 minutos para sua defesa. Pôde, dessa forma, fazer uma avaliação da situação econômica e as brutais consequências para os explorados. Denunciou as reformas do governo Bolsonaro, um duro golpe para os assalariados. Rechaçou a política da burocracia sindical, de conciliação de classes. Expôs o plano de lutas que permite unir os trabalhadores da educação ao conjunto dos explorados. Mostrou o papel traidor das burocracias sindicais em desmontar a greve geral de junho, em favor da política de “pressão aos deputados” no Congresso Nacional, que levou à derrota dos explorados. Concluiu assinando a importância de retomar a greve geral, caminho fundamental para impor derrotas aos governos, e defender efetivamente as reivindicações da classe operária e demais oprimidos.

Como o Congresso é organizado para ser festivo, e apoiar a política da burocracia dirigente, a apresentação da tese oposicionista não é debatida pelos delegados. No entanto, constitui um divisor de águas entre o Congresso festivo e despolitizado, e a posição que analisa a situação política, expõe as reivindicações e, fundamentalmente, aponta como enfrentar a situação, usando o método próprio dos trabalhadores, que é a ação direta.

Como o Congresso é organizado para ser festivo, e apoiar a política da burocracia dirigente, a apresentação da tese oposicionista não é debatida pelos delegados. No entanto, constitui um divisor de águas entre o Congresso festivo e despolitizado, e a posição que analisa a situação política, expõe as reivindicações e, fundamentalmente, aponta como enfrentar a situação, usando o método próprio dos trabalhadores, que é a ação direta. Certamente, uma parcela de delegados mais conscientes irá se descolar da burocracia e se identificar com as posições políticas de combate aos governantes, e de defesa dos interesses gerais dos explorados. Essa parcela começa a ver a importância de rechaçar os congressos armados pela direção do sindicato, e a defender a luta por um congresso classista e de luta. A Corrente Proletária trabalha para se aproximar dessa parcela, objetivando potencializar a luta contra o governo e contra a burocratização, que tomou conta do Sintero.



Pernambuco

Eleita delegação da UFPE para o 39º Congresso do Andes

No dia 27 de novembro, foi realizada a Assembleia da UFPE para eleger os delegados ao 39º Congresso Nacional do Andes-SN. A oposição docente Graúna (POR/PSOL/PCB e independentes) exigiu da direção da Adufepe (PCdoB) que chamasse a Assembleia, não obteve resposta e acionou a Regional Nordeste 2 do Andes para viabilizar.

A assembleia agregou 25 docentes, e se iniciou com o breve debate sobre o temário. Por terem textos no caderno, abriu-se para a exposição inicial das teses do POR e do PSTU. A tese do POR destacou que os efeitos da crise econômica mundial estão minando as bases da política de conciliação de classes, levando à direitização da política burguesa. Esta é a base da sanha da burguesia para impor suas contrarreformas. Mas, a explicação das derrotas que tivemos no último período, com a aprovação da re-

em discussão a relação do sindicato com a CSP-Conlutas, porém, a maneira como a discussão está sendo feita oculta a responsabilidade da direção do Andes em ter seguido o aventureirismo divisionista do PSTU e, agora, as correntes que contribuíram para este caminho no Andes, como o PCB e correntes do PSOL, propõem a ruptura, colocando como tarefa o fortalecimento do fórum por direitos e liberdades democráticas. Contarão com o voto do Renova Andes, que tenta subordinar ao Andes aos objetivos do PT. A saída que está sendo construída, porém, para ser aprovada no congresso, ou precedida de um período de balanço, como quer a direção, não aponta para a superação da fragmentação. Por isso, recusamos a desfiliação burocrática e defendemos que o ANDES lute, inclusive dentro Conlutas, pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.

Um militante do PSTU presente leu trechos da tese que reafirmavam as resoluções aprovadas no IV Congresso da Conlutas, como a posição sobre a Venezuela e sobre a prisão de Lula. Afirmou que o Andes precisa da Conlutas, e a Conlutas precisa do Andes. Reafirmou a linha do PSTU. Outros professores participaram do debate na sequência, porém, mesmo sendo militantes de correntes que inscreveram teses ao Congresso, expressaram apenas posicionamentos individuais. Ao final, foi aprovada a delegação de seis professores, expressando as teses do POR, PSTU, direção do Andes, e outros três sem enunciar vínculo com nenhuma tese. Os professores que dividiram a gestão anterior com o PCdoB, e agora se alinham ao Renova Andes, estiveram na assembleia, mas não se candidataram. Com a iniciativa da oposição, foi garantida a delegação da UFPE, após três anos de bloqueio da direção da Adufepe.

A saída que está sendo construída, porém, para ser aprovada no congresso, ou precedida de um período de balanço, como quer a direção, não aponta para a superação da fragmentação. Por isso, recusamos a desfiliação burocrática e defendemos que o ANDES lute, inclusive dentro Conlutas, pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.

forma trabalhista e previdenciária, só se completa quando apontamos a traição da frente burocrática formada pelas centrais sindicais. A disposição de lutas das massas foi canalizada para o parlamento. A fragmentação do movimento sindical, popular e estudantil também comparece como obstáculo. Destacamos que, no Congresso do Andes, estará



Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



Balanço eleição DCE- USP

As eleições para o DCE da USP ocorreram nos dias 5,6 e 7 de novembro. Concorreram 8 chapas, a de continuidade do PT, e as outras de oposição. Contaram com apenas um dia de campanha, com a organização de apenas três debates no campus da capital, dentre esses, um sequer ocorreu. As urnas não foram abertas em todas as unidades de ensino, e as que abriram não se mantiveram por tempo integral. Houve mais votos nos cursos tradicionalmente mais elitistas e politicamente direitistas. O quórum de 7.174 votos foi baixo, ante os 12 mil, em eleições passadas. O PT foi reeleito, com 57,8%. O PSol ficou em segundo lugar, com 25,5%. Observa-se que juntos, os reformistas obtiveram 83,3%. Na sequência, vieram as demais chapas, dentre elas, destaca-se a do PSTU, que obteve 87 votos.

É de suma importância lembrar que, há poucos dias dessas eleições, o movimento contra a reforma da Previdência havia sido derrotado, devido à traição da frente burocrática sindical, subordinada à frente parlamentar, cuja política era a de aprovação de uma reforma previdenciária desidratada. É igualmente válido lembrar, que no dia 15 de maio, mais de 4 mil estudantes marcharam da universidade até a Av. Paulista, contra os ataques à educação, além de participarem expressivamente no ato do dia 30 de maio, demonstrando a grande disposição de luta, sem encontrar eco nas direções estudantis, que também desmontaram o movimento em defesa da educação.

É nesses marcos que os estudantes compareceram às eleições desconfiados. Não tinham clareza dos traidores, mas se sentiam traídos e derrotados. Daqui emana a razão para as correntes procurarem silenciar em seus materiais de campanha o movimento desse ano. Nada se falou, sobretudo, da greve geral de 14 junho, e da luta nacional contra a reforma da Previdência. O silêncio foi a forma de tentar encobrir a derrota. Seja a chapa do PT, sejam as de oposição, mas tributárias da política petistas, todas suprimiram de seus programas a luta contra a reforma da Previdência.

É válido reforçar a responsabilidade do PT, que, sendo direção da CUT, MST e UNE, se negou a convocar uma greve geral por tempo indeterminado, de modo a pôr abaixo a reforma, mas, ao contrário, conjuntamente com a frente burocrática sindical, trabalhou para desmontar a greve geral do dia 14, horas antes de seu início.

Os estudantes deram a vitória ao PT, mas o fizeram por desconhecimento dos traidores. Foram arrastados pela força do aparato, pelas relações pessoais, pelas manobras com a abertura das urnas. Ganharam pela despolitização, pela ultra limitação do tempo de campanha e do debate político. O PT se refugiou nos cursos e *campi* tradicionalmente elitistas e direitistas, ganhou as eleições com esses votos. Procurou fugir dos holofotes da vanguarda concentrada na FFLCH, setor que mais acompanhou as assembleias, onde o PT e consortes se negaram abertamente a travar a luta contra toda e qualquer reforma da Previdência. Essa vanguarda venceu as manobras e a política de desmonte da luta.

E é justamente nesse setor em que se concentra a atuação da

política revolucionária. O POR canalizou a tendência de luta dos estudantes, ao defender uma política de mobilização e radicalização dos métodos, repudiando a conciliação de classes, repudiando as negociatas e as emendas parlamentares. Com a bandeira de “pôr abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional”, se guiou para a luta real em defesa das massas exploradas e oprimidas contra os seus opressores.

Com essa política, polarizamos todas as assembleias. De um lado, estava o POR e a maior parte dos estudantes de base; de outro, as demais correntes, enfileiradas pela defesa ou convivência com a política de que era necessária alguma reforma da Previdência. Essa polarização, no entanto, não se manifestou nas urnas. O POR compôs uma chapa (Oposição Revolucionária), e obteve 66

O POR canalizou a tendência de luta dos estudantes, ao defender uma política de mobilização e radicalização dos métodos, repudiando a conciliação de classes, repudiando as negociatas e as emendas parlamentares. Com a bandeira de “pôr abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional”, se guiou para a luta real em defesa das massas exploradas e oprimidas contra os seus opressores.

votos. E somente assim poderia se dar, na medida em que houve apenas um dia de campanha eleitoral e as urnas são um processo passivo e controlado pelos aparelhos. A polarização, que expresse de fato a disputa de posições políticas, somente poderia se dar em fóruns democráticos, nas assembleias.

Não se trata de ocultar as deficiências, sobretudo organizativas do POR, que existem e trabalhamos para superá-las. Trata-se de entender que uma direção revolucionária será uma conquista do movimento no calor da luta. Será reconhecido como direção, não de maneira passiva, com o voto em urna, mas diretamente nas mobilizações e nas assembleias massivas, onde os conflitos e as diferentes posições políticas estarão escancarados aos olhos de todos. Onde não há espaço para o silêncio de uma política traidora.

Em meio ao lodo da disputa oportunista das correntes, que se embocam na definição da política nas assembleias, e se separam para disputar o DCE, desponta a chapa Oposição Revolucionária, cujo lugar nessas eleições foi o da denúncia das traições. Foi o de dar mais um passo na superação do controle do reformismo, e na constituição de uma fração revolucionária no seio da universidade.

O reformismo ganhou as eleições para o DCE, num momento histórico em que as reformas já não são mais possíveis. A fase de decomposição do capitalismo é das contrarreformas. Assim, a política reformista está fadada ao fracasso, que só poderá manter a sua ascendência sobre o movimento por meio de política escusa. No entanto, não há um elo direto entre a prática dessa política e a compreensão dela pelos estudantes. Essa é a tarefa do POR na USP, construir esses elos, e derrotar a política reformista com a política do proletariado, e alçar uma direção revolucionária, capaz de defender a universidade pública e todas as reivindicações gerais e particulares dos estudantes, por estar guiado pela estratégia e método da classe operária consciente.

Eleições na Letras/USP registram baixíssimo quórum e varrem o PT

As eleições na Letras/USP tiveram a data de inscrição no dia 14/11 (véspera do feriadão), e eleição nos dias 18, 19 e 21 (dia 20 era feriado, dia da Consciência Negra), sem nenhum dia de campanha. Esse calendário colocou a votação entre feriados e dias de provas finais do semestre.

O resultado foi que somente 518 estudantes votaram (num curso de mais de 5 mil), e o resultado foi: MRT – 196 votos; PSOL+PSTU – 145 votos; PT – 83 votos; PCR – 55; PCB – 34; Nulos – 5; branco – 1.

O resultado expressou, em primeiro lugar, uma rejeição geral ou desconhecimento dos estudantes em relação às chapas inscritas. A vencedora teve menos de 4% dos votos do total de estudantes. Retoma o Caell depois da gestão catastrófica de 2016, quando encerrou uma ocupação do prédio, em greve, antes da decisão da assembleia de estudantes, e des-

cumpriu a promessa de restabelecer a proporcionalidade na composição da direção do centro acadêmico.

Em segundo lugar, aparece o fraquíssimo resultado da direção petista, que teve menos de 2% dos votos do conjunto dos estudantes. Depois de dois anos na gestão, e logo após a vitória por 57% dos votos no DCE, o PT foi varrido da Letras.

O POR/Corrente Proletária não conseguiu montar sua chapa. Defendeu o voto nulo nas eleições, criticando as demais correntes a partir de seus programas, que sequer se referiam à reforma da Previdência.

A vitória do MRT vai trazer de volta ao Caell uma corrente centrista na política e burocrática na organização.

É preciso constituir uma direção revolucionária, para retomar o papel de linha de frente das mobilizações na USP.

BALANÇO ELEIÇÕES NA FÍSICA

As eleições do CEFISMA (Centro Acadêmico da Física) ocorreram nos dias 27 e 28 de novembro. Elegeram-se a nova direção e os membros de seu conselho fiscal. Nas plenárias e reuniões de formação de chapa, houve duas propostas de linhas programáticas, em franca oposição. O POR sustentou, sobretudo, um programa baseado na defesa da democracia estudantil e da ação direta, visando a um centro acadêmico democrático, independente e de luta. Em contraposição a tais propostas, o PCB (expresso, indiretamente, por militantes vinculados ao MUP) e a Ação Subversiva (corrente subordinada politicamente ao PCB e PSol) se opuseram à convocação regular de assembleias, sustentando que antes seria preciso construir um ambiente propício a isso, por meio de atividades alternativas, sem qualquer caráter deliberativo. Adicionalmente, se colocaram contra a defesa aberta da ação direta, chegando a sustentar que é possível obter grandes conquistas atuando prioritariamente no âmbito dos fóruns burocráticos da universidade (congregações e conselho universitário).

As duas propostas de programa claramente divergentes geraram uma divisão entre os independentes. A única chapa inscrita para disputar a direção, intitulada “Propagação”, foi composta por militantes vinculados ao PCB e Subversiva, que ditaram a linha política, além de alguns independentes que, sem alternativa, se incorporaram à chapa.

O POR se negou a integrar essa chapa, por ela não priori-

zar os elementos da democracia e ação direta. Falhou ao não pôr em primeiro plano a discussão das traições das direções na luta contra a reforma da Previdência, o que permitiria a nossa total distinção com os nacionalistas e reformistas. O programa final da chapa, no entanto, fechado posteriormente, inviabilizou até mesmo que chamássemos o voto crítico. Defendemos o voto nulo, e nos candidatamos a conselheiro fiscal.

O programa final da chapa Propagação foi fechado de forma burocrática, sob o desconhecimento da maioria seus membros. O programa continha uma aberta negação da democracia estudantil, se colocando contra as assembleias e fóruns deliberativos, tomando estes como “desgastados”. Sustentava a tese de que somente o centro acadêmico, enquanto entidade, e não sua gestão, deve se subordinar às deliberações tomadas em assembleia. Deve-se destacar a amenização da traição das direções sindicais na luta contra as reformas trabalhista e da Previdência.

O resultado das eleições do CEFISMA refletiram o total desinteresse ou desconfiança dos estudantes frente às direções do movimento estudantil, algo que já havia sido expresso nas eleições do DCE e de outros centros acadêmicos. Com quorum de apenas 81 votos, cerca de 5% do total de alunos. O conselho fiscal, com chapa única, com candidatura do POR, obteve 57 votos.

A construção de uma direção revolucionária na Física é a tarefa colocada, de forma a impulsionar a mobilização, que já foi muito forte no passado recente.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Nesta edição:

- **Bolívia /** **Balanco da crise revolucionária** - *Páginas 17 a 29*
- **Chile:** Momentos decisivos.
- **Colômbia:** mais um elo na crise revolucionária da América Latina.
- **Irã:** a revolta das massas expõe à luz-do-dia a tarefa da revolução e ditadura proletárias.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Pontos para um balanço da crise revolucionária na Bolívia

O acerto da linha geral do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR)



1. Confirma-se a denúncia do POR, de que Evo Morales e os dirigentes do MAS usaram os camponeses e populares como “bucha de canhão” para negociar uma saída eleitoral à crise política. Evo revelou que orientou a bancada parlamentar do MAS, que tem a maioria no Senado e na Câmara de Deputados, a fazer um acordo com a direita opositora, e com o governo autoproclamado de Jeanine Áñez. O conteúdo desse acordo, segundo o próprio Evo, é o da “unidade e pacificação”. Não pretende, em suas próprias palavras, ser “revanchista”. Sobre a repressão, Evo lamenta, e se mostra esperançoso de que Áñez e seus capachos fascizantes cheguem à consciência de que não se pode ter presos sem provas, e mais mortos e feridos. Um acordo sobre as eleições seria, portanto, o caminho para “reconciliar o povo boliviano”. No dia 23 de novembro, o Senado aprovou, por unanimidade, um projeto de lei que anula as eleições de 20 de outubro, e determina a realização de novas eleições gerais. Evo Morales e seu vice, Álvaro García Linera, não poderão se candidatar. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será remodelado, seguindo o acordo da bancada do MAS com a oposição. No dia seguinte, Áñez sancionou a lei. No momento em que se discutia o projeto, o MAS dissolvia os bloqueios de rua. Essa foi uma exigência de Áñez e da oposição direitista e ultradireitista. O impostor Evo Morales e a camarilha do MAS concluíram negociando um acordo eleitoral por cima dos mortos, feridos e presos. É impera-

tivo assinalar a importância da denúncia do POR, de que a resistência montada pelo MAS objetivava restabelecer a convivência entre a velha e a nova direita.

2. Confirma-se a caracterização do POR, de que Evo Morales foi derrubado pelo movimento de massa, que se levantou contra a fraude eleitoral. A mobilização, que começou por uma camada da classe média ganhou projeção nacional, com a incorporação de setores operários, camponeses e populares. O multitudinário movimento pôs em pé os cabildos abertos, organizações próprias das massas em luta. Nos comitês cívicos, organismos mais apropriados para a

A derrocada do governo e do MAS foi prevista pelo POR, que submeteu o nacionalismo burguês a uma severa crítica marxista, principalmente na Revolução de 1952.

política burguesa, se abriram choques entre a direita contrarrevolucionária e o POR e a vanguarda com consciência de classe. Estabeleceu-se uma diferenciação entre os objetivos de poder da direita e ultradireita, que estiveram enfileiradas em torno à candidatura de Carlos Mesa, e os dos revolucionários marxista-leninista-trotskistas. Evo Morales se viu diante de um movimento democrático das massas, que exigiu a sua renúncia e novas eleições. O MAS não teve como mobilizar as camadas camponesas, operárias e

populares, que ainda conservavam as ilusões no governo Evo, para sustentar a sua falcatrua eleitoral continuísta. De maneira que decidiu entregar o poder à oposição direitista, renunciando à presidência, e determinando a renúncia do governo como um todo. Os bandidos bateram à porta de entrada do Palácio Quemado, e Evo fugiu pela janela.

3. Confirma-se a tese do POR, da impossibilidade do governo indigenista realizar profundas e verdadeiras reformas no capitalismo atrasado e semicolonial da Bolívia. Tese essa que corresponde ao caráter contrarrevolucionário do reformismo na época imperialista. A experiência particular em solo boliviano demonstrou que o reformismo conclui reforçando os laços imperialistas da opressão nacional, e contrapondo-se às tarefas democráticas pendentes, como a revo-

Era questão de tempo para que o governo nacional-reformista expusesse sua impotência, e se desintegrasse. O POR demonstrou, passo a passo, o processo de adaptação do governo indigenista à oligarquia e ao imperialismo, que o levaria a se chocar constantemente com os diversos setores dos explorados e oprimidos.

lução agrária, autodeterminação das nações indígenas, fim da discriminação e independência nacional. A derrocada do governo e do MAS foi prevista pelo POR, que submeteu o nacionalismo burguês a uma severa crítica marxista, principalmente na Revolução de 1952. A máscara do "indigenismo socialista" não fez senão cobrir a retomada do nacionalismo burguês, na forma caricatural. Já na crise política que concluiu com a queda do governo de Sánchez Losada, em 2003, o POR combateu a posição de Evo Morales, que serviu à burguesia e ao imperialismo, para restabelecer a governabilidade, e bloquear a continuidade do movimento revolucionário. Nas eleições de 2005, que, finalmente, colocaram Evo e o MAS na presidência, o POR caracterizou que seria um governo submetido à grande propriedade privada dos meios de produção e às multinacionais. Os trotskistas expuseram, para os operários, camponeses e populares, que as "nacionalizações" do petróleo e gás não passavam de um embuste. A diretriz de Evo e do MAS, de tornar o capital imperialista em "sócio" do povo boliviano, era suficiente para evidenciar o seu servilismo. A Constituição Plurinacional, que daria um lugar ao sol à maioria indígena, tão somente criava a ilusão sobre a possibilidade de civilizar o capitalismo atrasado, fundado no domínio latifundiário sobre os camponeses, e no saque imperialista. O embate entre os reformistas e a direita, em torno à Constituinte e à Constituição, que chegou ao ponto da oligarquia ameaçar com o desmembramento do país, sob a bandeira do separatismo, concluiu em conciliação. Não só estaria assegurado o regime econômico burguês da grande propriedade, como também os interesses particulares da oligarquia. O POR combateu as ilusões despertadas nas massas indígenas, e

Pontos para um balanço da crise na Bolívia

enfrentou, com o programa da revolução proletária, a farsa burguesa, que mantinha a maioria oprimida submetida à minoria opressora. A direita burguesa pôde hibernar, sob a política de conciliação de classes, que confundia e obstaculizava a luta de classes. Era questão de tempo para que o governo nacional-reformista expusesse sua impotência, e se desintegrasse. O POR demonstrou, passo a passo, o processo de adaptação do governo indigenista à oligarquia e ao imperialismo, que o levaria a se chocar constantemente com os diversos setores dos explorados e oprimidos. Os marxista-leninista-trotskistas bolivianos foram adversários implacáveis do governo Evo, e de toda política burguesa. Eis por que, na atual crise, o POR tomou parte do levante das massas contra o governo impostor, lutando no seu interior contra as forças da direita burguesa.

4. Confirmada a justeza da linha política geral do POR, que levantou a estratégia própria dos explorados, sob a bandeira do governo operário e camponês. A bandeira democrática, circunstancial, de "Nem Evo, nem Mesa e nem o fascista Camacho", esteve condicionada pela estratégia revolucionária do proletariado. Interveio no movimento e nos cabildos com o método da luta de classes, e com a defesa das reivindicações dos vários setores oprimidos, que levavam à unificação da luta contra o governo, a oposição direitista, a burguesia e o imperialismo. Foi e é importante a consigna de independência política e organizativa dos explorados, diante do Estado e de todas as variantes da política burguesa. A separação e oposição das deliberações dos cabildos, influenciados pela política do POR, diante dos comitês cívicos, controlados pela direita e ultradireita, entre os quais se destacou o Comitê Cívico de Santa Cruz, foram determinantes para demarcar o campo da independência de classe. O Cabildo Nacional, que se realizou em La Paz, estabeleceu a linha divisória com a ação dos direitistas, bem como abriu caminho para projetar a política do proletariado. É nessas condições que o POR rechaçou o palavreado sobre a "democracia". Saiu em defesa dos direitos e liberdades democráticas, que, por expressarem as necessidades da maioria do povo boliviano, se opôs à democracia burguesa, que serve de instrumento para a minoria capitalista oprimir a maioria explorada.
5. Confirma-se a posição do POR, de que a tarefa era a de unir os explorados para enfrentar o autoproclamado governo de transição de Jeanine Áñez. Ao mesmo tempo, era preciso alertar os camponeses e as bases populares de que sua fúria, diante do governo direitista e das provocações de Camacho, poderia ser utilizada pelo MAS, que necessitava garantir seu lugar nas novas eleições. O POR assinala que o governo de Áñez se apoiava nas Forças Armadas, e que justificaria a sua intervenção em nome do restabelecimento da ordem. A tarefa nesta situação era a de manter organizado o movimento que depôs o governo Evo, sob a política de independência de classe e do objetivo estratégico da luta por um governo dos operários, camponeses e de todos os oprimidos, baseado nos organismos de poder, por meio dos quais as massas realizavam a democracia direta. A continui-

dade dos combates se dirigiria contra o grande capital e as multinacionais. Os novos embates se voltariam contra o governo que usurpou o movimento das massas, para garantir os interesses da oligarquia latifundiária e do imperialismo. Essa mesma luta deveria continuar, diante de qualquer governo que saísse das eleições. Por meio das eleições, somente se instalaria um governo antioperário e antipopular, que descarregará a crise econômica sobre a maioria oprimida. Os massacres de Sacaba e Senkata comprovaram o alerta do POR. O MAS não ergueu um movimento para derrotar o denunciado golpe “cívico-militar-policial”, mas sim para negociar o estancamento da crise revolucionária, anulando o pleito de 20 de outubro, e convocando novas eleições. A luta verdadeira contra o governo da oligarquia, representada na figura de Áñez, somente poderia se dar por meio da política do proletariado.

Algumas considerações desenvolvidas pelo POR do Brasil

1. Os cinco pontos acima expostos nortearam a defesa pelo POR-Brasil da linha geral encarnada pela seção boliviana. Em torno aos acontecimentos que levaram à derrocada do governo Evo e à constituição do governo de transição de Jeanine Áñez, se estabeleceu uma grande discussão entre as esquerdas, sobre caracterizações e respostas. O nó górdio surgiu na explicação se o governo Evo foi deposto por um golpe de Estado ou se caiu diante do levante popular. No fundo da divergência, estão as posições sobre a luta pela derrubada ou manutenção do governo do MAS. A caracterização oportunista de golpe esconde essa obrigatória conclusão. As esquerdas em geral, que percorrem o espectro do reformismo ao centrismo mais radical, assumiram a versão de Evo Morales, de que sua renúncia foi causada por um golpe. Uma parte das esquerdas mais afoita correu a dizer que o POR-Bolívia havia se aliado à direita. Assim, aproveitava-se da tese do golpe para condenar a única força que interveio na crise revolucionária em contraposição aos objetivos da direita e da ultradireita, desenvolvendo a estratégia, a tática e os métodos de luta do proletariado no interior do movimento democrático das massas. Unanimemente, negaram-se a reconhecer a composição popular da contestação a Evo Morales, desencadeada logo após a apresentação dos resultados do escrutínio. Não se deram ao trabalho de analisar as posições políticas e a prática dos poristas. A conclusão prática da caracterização de golpe, obrigatoriamente, leva os oportunistas a defenderem a volta de Evo ao governo, ainda que não digam com todas as letras ou omitam a conclusão. De nossa parte, como seção do Comitê de Enlace, concentramos a atenção em alcançar uma compreensão própria dos acontecimentos, única forma de não repetir mecanicamente o acerto da linha geral

da seção boliviana. O nosso embate com os reformistas e centristas, antigos adversários do POR boliviano, foi decorência dessa compreensão própria. Na medida em que ampliávamos as explicações, mais convencidos ficávamos do acerto da seção boliviana. Isso por que nos aproximávamos de suas formulações e respostas concretas.

2. A decomposição da política do nacional-reformismo e a ofensiva da direita francamente pró-imperialista tendem a se converter em crise política. Isso por que a divisão interburguesa provoca rupturas na governabilidade. Há momentos em que a situação econômica e a luta de classes per-



A derrota de Evo no referendo de fevereiro de 2016, que lhe negou o direito a se candidatar para um quarto mandato, porém, indicou uma mudança entre a maioria explorada, que perdia confiança no palavreado de Evo, e assim se tornava suscetível às pressões da oposição.

mitem a diminuição dos atritos entre os partidos da ordem capitalista, que de alguma forma se processam sobre a base de interesses particulares das distintas frações da burguesia. Os acordos e a convivência, mais ou menos pacíficos, entre governo e oposição, facilitam a estabilidade política por um determinado período. É preciso, como assinalamos, que a economia favoreça os interesses gerais da burguesia, podendo assim acomodar os seus interesses particulares. É do interesse das distintas frações que se preserve a estabilidade política, sob a qual se criam melhores condições para sufocar e controlar os instintos de revolta da classe operária e demais oprimidos. Ocorre que a situação política mais estável, menos estável, ou convulsiva, é determinada pela base econômica e pela luta de classes. As divisões e as rupturas interburguesas não são criações de uma mente teórica, resultam dos choques entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Em situação como essa, a classe operária e demais explorados se vêm obrigados a se defenderem das brutais consequências da crise econômica. São inúmeros os exemplos de crise revolucionária, em que se evidenciam a combinação da divisão interburguesa

e o recrudescimento da luta de classes. A crise na Bolívia é mais um desses exemplos.

3. Observamos que, esgotado o período do crescimento econômico e iniciado o descenso, o governo Evo já não podia garantir a aliança tácita, que se constituiu após o fim dos embates em torno à Constituinte e à Constituição. Não havia, por outro lado, como sustentar a falácia do Estado Plurinacional e as promessas de criar melhores condições para os pequenos e médios camponeses, convivendo com a oligarquia latifundiária e agroindustrial. A tentativa de compor os interesses dos camponeses e indígenas com os da agroindústria estava fadada ao fracasso, e a se converter em crise política. É nesse mesmo quadro que o embuste da nacionalização dos recursos naturais desembocaria em



O imperialismo necessita de um governo que enfrente a pressão das massas, para impulsionar o agronegócio e a mineração, principalmente. A Bolívia tem de seguir o curso das contrarreformas, ditadas pelas diretrizes mundiais do grande capital.

proteção às multinacionais. O que foi se tornando cada vez mais visível e patente, aos olhos da população sofrida. Por cima, o imperialismo se colocou em posição de complacência ao “socialismo” indígena. Tudo indica que Evo procurou se aproximar de setores socialdemocratas do imperialismo europeu. O que não excluiu a simpatia de democratas norte-americanos. A oposição burguesa direitista, que cedeu lugar ao MAS, após os levantes de 2003, não conseguiu levar adiante um tipo de federalismo separatista, sobre o qual se reuniu a mais poderosa oligarquia no movimento da denominada “Meia Lua”. As condições econômicas favoráveis aos seus negócios e a disposição do governo Evo de apoiá-los levaram a uma certa acomodação da direita oposicionista, que parecia ter sido quase varrida. Eleitoralmente, a oposição perdeu importância. É o que se depreende da derrota esmagadora sofrida nas eleições de 2009 e 2014. A derrota de Evo no referendo de fevereiro de 2016, que lhe negou o direito a se candidatar para um quar-

Pontos para um balanço da crise na Bolívia

to mandato, porém, indicou uma mudança entre a maioria explorada, que perdia confiança no palavreado de Evo, e assim se tornava suscetível às pressões da oposição. O fato do presidente ter pisoteado a soberania da decisão popular do referendo e, assim, se lançar ao quarto mandato, ampliou a desconfiança das massas e abriu caminho para oposição se potencializar. A divisão interburguesa pelo controle da governabilidade recrudescceu. Os marxistas sabem que, em qualquer que seja a eleição, as massas se movem sob a pressão da política burguesa. Concretamente, passaram a refletir, no terreno da disputa interburguesa, um deslocamento de parcelas crescentes que seguiam o caudilho Evo. O enfrentamento eleitoral em outubro foi distinto das eleições anteriores. Evo ganhou por uma margem pequena, e teve de fraudar o escrutínio, para evitar um segundo turno. Com fraude ou sem fraude, o fundamental é que o declínio eleitoral de Evo serviu de termômetro para marcar o grande descontentamento da população. É nesse quadro de disputa interburguesa pela governabilidade que explodiu o movimento que se espalharia por todo o país.

4. Não se pode perder de vista as particularidades da presente crise revolucionária. O governo Evo surgiu como um fenômeno novo. Pela primeira vez, a Bolívia contou com um presidente da República oriundo dos camponeses e das nacionalidades oprimidas. O que evidenciou a debilidade da burguesia em relação às massas camponesas e indígenas, que formam a maioria. A classe operária é ultraminoritária. A pouca industrialização expressa o atraso das forças produtivas e, consequen-

temente, o raquitismo do proletariado. A sua camada avançada, tanto em concentração, quanto em politização, é a dos mineiros, que se acha desfigurada pelas novas condições de exploração da indústria extrativista. A particularidade do governo Evo está em que se apoiou, tanto no campesinato, quanto na velha e na nova oligarquia agroindustrial. Ou seja, procurou firmar a governabilidade no peso social do campesinato e no peso econômico da oligarquia. O equilíbrio da governabilidade dependia, portanto, da composição de interesses da pequena e média propriedade camponesa com a grande propriedade burguesa. O que incluía a difícil questão indígena. Guillermo Lora, dirigente do POR, expôs as contradições de classe originadas do desenvolvimento desigual e combinado do país, ao evidenciar a característica da população indígena como nação-classe. Em outras palavras, os indígenas ocupam um lugar nas relações capitalistas de produção, em que, na condição de camponeses, principalmente, são oprimidos pela oligarquia burguesa,

que, por sua vez, sempre esteve submetida aos colonialistas e imperialistas. Evo constituiu um governo pequeno-burguês, assentado nessas insolúveis contradições nos marcos do capitalismo. Para cumprir as verdadeiras reformas, teria de conduzir uma revolução agrária, e estabelecer a real independência nacional. Somente assim, iniciaria um processo de transformação em que a questão das nacionalidades índias seria, de fato, resolvida. A dependência do governo pequeno-burguês à oligarquia e a inevitável submissão ao capital imperialista levariam ao esgotamento e à crise revolucionária, nas condições econômicas adversas. Observando, ao longo dos quase 14 anos de governo, constata-se que ocorreram crises, nas quais transpareceram a debilidade de um governo apoiado nas massas camponesas e na oligarquia. O choque com as bases indígenas tomou enormes proporções, quando Evo colocou seu governo a serviço dos agroindustriais, que pleitearam a construção de uma rodovia, que cortava o Parque Nacional Isiboro-Sécure Tipnis, em 2012. As inúmeras marchas puseram às claras que Evo governava para a burguesia, e não para a maioria nacional oprimida. A crise revolucionária que levou à derrocada do governo Evo, sob ampla mobilização nacional, decorre, em grande medida, do esgotamento do governo, que procurou se colocar por cima das massas camponesas e da oligarquia burguesa, e que pretendeu compatibilizar interesses de classe contraditórios.

5. A luta de classes comparece como um fator determinante em qualquer crise de governabilidade. Evo vinha sendo açoitado por movimentos setoriais. Manifestações de camponeses, greves de professores, médicos, operários fabris, transportes coletivos, etc. se chocavam com a política econômica do governo. O corporativismo das reivindicações enclausurou os inúmeros movimentos, mesmo assim ganharam projeção nacional. Para atender aos interesses da burguesia e do imperialismo, nas condições de retomada do declínio econômico, Evo teve, não só de contrariar os interesses de importantes parcelas de camponeses, como atacar setores da classe média urbana. As greves dos operários fabris e os conflitos entre os mineiros cooperados e assalariados completam a situação convulsiva, que foi se potenciando no último período do governo. O descontentamento, que se generalizou, e a agudização da luta de classes estiveram na base da crise revolucionária. Ocorre que se expressaram na disputa interburguesa, em torno ao continuísmo ou mudança na governabilidade. A fração mais poderosa da oligarquia, cuja maior capacidade econômica se encontra no Oriente do país, principalmente em Santa Cruz, se potenciou politicamente, à custa do esgotamento do governo MAS. Estava rompida a aliança tácita, que possibilitou a governabilidade de Evo por mais de uma década. O imperialismo necessita de um governo que enfrente a pressão das massas, para impulsionar o agronegócio e a mineração, principalmente. A Bolívia tem de seguir o curso das contrarreformas, ditadas pelas diretrizes mundiais do grande capital. A direita burguesa, que, por sua natureza de classe, é golpista, determinada pelo atraso econômico do



A necessidade de Áñez lançar o exército e a polícia contra os bloqueios, que começaram a atingir o abastecimento, confirma a permanência de ilusões no governo Evo no seio da maioria oprimida. A negociação entre o governo usurpador e o MAS, para estancar a crise revolucionária, demonstra a fragilidade da burguesia em excluir o MAS para restabelecer a governabilidade. O governo Evo deu todas as provas de que o MAS se transformou em uma aparato a serviço da contenção da luta de classes.

país, encontrou, no deslocamento de parcelas crescentes das massas do controle do MAS, a oportunidade para resolver o conflito de governabilidade, pela via das eleições. A crise, que vinha sendo gestada, desaguou na disputa eleitoral. A reivindicação do movimento, para que Evo renunciasse e que fossem convocadas novas eleições, se deu no terreno democrático-burguês. Expressava, nesse sentido, a divisão interburguesa pelo controle da direção do Estado. Essa divisão se expressará entre as massas na forma de divisão da maioria oprimida. Primeiro, na forma de disputa eleitoral. Segundo, na ofensiva de um movimento de massa pela renúncia de Evo. Terceiro, na resistência de um movimento camponês e popular pelo retorno de Evo. Essa constatação se evidenciará, incontestavelmente, na revolta de camponeses e de camadas populares, diante da fisionomia oligárquica do autoproclamado governo, e da provocação da direita fascista de queimar a bandeira indígena (Wiphala). A necessidade de Áñez lançar o exército e a polícia contra os bloqueios, que começaram a atingir o abastecimento, confirma a permanência de ilusões no governo Evo no seio da maioria oprimida. A negociação entre o governo usurpador e o MAS, para estancar a crise revolucionária, demonstra a fragilidade da burguesia em excluir o MAS para restabelecer a governabilidade. O governo Evo deu todas as provas de que o MAS se transformou em uma aparato a serviço da contenção da luta de classes. A direita e a nova direita, assim denominada pelo POR boliviano, deram às mãos para canalizar o descontentamento generalizado dos explorados para a constituição de um novo governo burguês.

6. Configurou-se a crise revolucionária, no momento em que se ergueu o movimento de massas contra o governo, exigindo sua renúncia. A concretização desse objetivo, a posse do comando do Estado pela oposição, e o recuo do movimento de massas não concluíram a divisão interburguesa. O que manteve aberta a crise revolucionária. A resistência dos camponeses e populares ao governo transitório de Áñez, e a repressão militar e policial agravaram a crise revolucionária. O decreto, que autoriza o aparato repressivo a matar manifestantes, representou a disposição dos novos ocupantes do Palácio Quemado de sufocar a sangue a resistência. A direita no poder não precisou recorrer ao movimento anti-Evo. Não precisou utilizar a divisão estabelecida entre os explorados. Bastaram os instrumentos da ditadura de classe da burguesia, que conformam o Estado. É necessário denunciar o fato de Evo ter destinado enormes recursos ao fortalecimento das Forças Armadas, com o claro objetivo de tê-las ao seu lado. O problema estava em que a continuidade da resistência e o aumento da repressão poderiam levar longe a crise revolucionária. Não só a direita sentiu o perigo, como também o próprio Evo e seu partido. Os organismos do imperialismo (OEA, UE, ONU, Igreja) atuaram rapidamente para estabelecer um acordo de “pacificação”, como havia defendido Evo. Haveria de amortecer a divisão interburguesa, e desativar a resistência. A crise revolucionária não saiu do âmbito da disputa interburguesa e da democracia formal. Distintamente seria, se as massas colocassem em risco a integridade do Estado burguês. A crise revolucionária, circunscrita à troca de um governo burguês por outro, é resolvida pelos métodos das forças burguesas. Os acontecimentos confirmam que não havia como resolvê-la em favor da maioria oprimida por meio da revolução proletária. Sem que a classe operária estivesse à frente das manifestações, não era possível romper a divisão estabelecida no seio da maioria oprimida. A bandeira democrática de renúncia e de novas eleições, assumida pelas massas, servia e, de fato, serviu à oposição direitista, que se valeu do ódio despertado nos manifestantes diante da violação da contagem dos votos. O sentimento democrático da população não pode ser confundido com os objetivos antidemocráticos da direita opositora. No entan-

A bandeira de “Nem Evo, Nem Mesa, nem o fascista Camacho” serviu para o POR responder concretamente ao sentimento democrático das massas e alertá-las do perigo de potenciar a direita reacionária. A bandeira de governo operário e camponês compareceu como propaganda revolucionária.

Pontos para um balanço da crise na Bolívia

to, as condições políticas e sociais em que se desenvolveu o conflito possibilitaram a confusão, que foi manejada por Camacho e aliados. A bandeira do POR “Nem Evo, Nem Mesa, Nem o fascista Camacho” não constituiu uma consigna de poder. Seu conteúdo tão-somente expressou o sentimento de uma fração do movimento. Serviu, circunstancialmente, para o POR rechaçar o governo e a oposição. A consigna de poder foi e é o governo operário e camponês. A crise revolucionária coloca a questão do poder. No caso, condicionada pela divisão interburguesa. A bandeira de “Nem Evo, Nem Mesa, nem o fascista Camacho” serviu para o POR responder concretamente ao sentimento democrático das massas e alertá-las do perigo de potenciar a direita reacionária. A bandeira de governo operário e camponês compareceu como propaganda revolucionária. O que obrigava ao POR explicá-la e defendê-la ostensivamente. Colocada a questão de poder, oriunda da quebra da governabilidade, estabelecem-se a via contrarrevolucionária da burguesia e a revolucionária do proletariado. Somente encarnando, na luta concreta, o seu programa, seriam colocadas na ordem do dia as tarefas democráticas pendentes, e a necessidade objetiva das massas de se unirem em torno da aliança operária-camponesa. O POR boliviano expressou o programa e a política de independência de classe do proletariado. No entanto, não teve como transformá-lo em ação das massas contra o governo decrepito de Evo, e o governo usurpador

de Áñez.

7. As eleições e a constituição de um novo governo não fecharam as rachaduras na política burguesa, que se abriram ou que se alargaram na crise revolucionária. As massas não contarão com benevolências dos seus opressores. Os sinais de que há uma retomada da crise mundial vêm alertando os próprios organismos do imperialismo. Retardou um pouco, mas a crise aberta em 2008 arrastou a América Latina. A avaliação de que a economia boliviana foi quase uma exceção, atingindo uma média de crescimento aproximada de 5% do PIB, não assegura a continuidade. A desaceleração do crescimento é sentida pelas massas. A luta por reunir a maioria oprimida em torno à política do proletariado terá de considerar a divisão que se manifestou no processo da crise revolucionária.



Abaixo o governo assassino de Áñez!

As organizações operárias e populares bolivianas devem recuperar a sua independência política e sindical!

O governo assassino de Áñez representa os interesses da classe dominante latifundiária, oligárquica, patronal e pró-multinacional. São responsáveis pelo massacre ocorrido em SACA-BA e SENKATA, que procurou afogar em sangue o protesto social, como nos melhores tempos da ditadura fascista. O recente Decreto Supremo 4078, emitido pelo governo provisório, diz que *"O efetivo das Forças Armadas que participe das operações para reestabelecimento da ordem interna e estabilidade pública estará isento de responsabilidade penal, quando no cumprimento de suas funções, atuem em legítima defesa ou estado de necessidade..."*. Ou seja, estão autorizados a matar.

As massas bolivianas poderão enfrentar o fascismo, na medida em que forjem a unidade em torno às suas necessidades mais sentidas, e não por meio dos politiquieiros. Saudamos todas as manifestações contra o novo governo fascizante, contra o retorno da velha direita, títere dos ianques na Bolívia, este rechaço é o que nos permitirá gestar a unidade necessária para expulsar definitivamente o imperialismo da América Latina.

O movimento massivo que golpeou o governo Evo Morales deu lugar a um governo interino da direita fascizante

Com o país inteiro paralisado, massivas marchas de rechaço, impulsionadas pelos fabris, cocaleiros, mineiros, etc.; uma massiva caravana aproximou-se desde o sul do país, para expressar as suas reivindicações na sede do governo.

Ao governo restavam dois caminhos: afogar o povo em sangue, para continuar no poder, ou convocar novas eleições e renunciar, já que as mobilizações exigiam a sua saída.

Diante de um país em convulsão, o governo Evo perdeu toda a base de apoio político. A polícia se amotinou e os militares se negaram a reprimir. A própria Central Operária Boliviana (COB), cuja burocracia sindical é do MAS, pediu a sua renúncia. Já não havia forma de realizar novas eleições ou promover qualquer manobra de continuidade.

O declínio do MAS, na capacidade de arrastar eleitoralmente as massas, foi somente um sintoma do descontentamento, que crescia, na medida em que o governo tomava medidas antinacionais e antipopulares. As numerosas marchas indígenas do Parque Nacional Isiboro-Sécure Tipnis, em 2012, abriram uma rachadura na base de apoio do governo de Evo, expôs os interesses das multinacionais, particularmente dos poderosos grupos econômicos brasileiros. Caiu a máscara do indigenismo e do Estado Plurinacional. As greves, manifestações e bloqueios se tornaram recorrentes. Os movimentos foram contidos pela repressão policial e a ação da burocracia sindical, vinculada ao MAS.

Aos que negam a intervenção de setores oprimidos e explorados na luta contra o governo Evo Morales perguntamos: Qual será a nossa atitude quando Fernández desiludir os oprimidos? Chamarão a defender a sua governabilidade? Aplaudirão a repressão contra os "desestabilizadores"? Os trotskistas não defendem a democracia burguesa, defendem as liberdades demo-

cráticas; não defendem as Constituições burguesas, lutam pelo cumprimento da vontade popular. Não temos receio de derrubar um governo e destruir as instituições do Estado, porque o nosso objetivo é a revolução e ditadura do proletariado: democracia para as grandes maiorias oprimidas para acabar com a minoria opressora.

A dura batalha pela independência das massas: nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho

Reivindicamos a intervenção do POR nos cabildos abertos, nos comitês cívicos e nos sindicatos. Ali, onde esteve presente, expressou a política de independência de classe, lutando contra o governo, e enfrentando a influência da oposição direitista, sob a bandeira de "Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho".

O objetivo é orientar os oprimidos, descontentes com o governo do MAS, para a luta politicamente independente das frações burguesas, que chamaram a "defender a Constituição". E assim a refletiram nas resoluções do bloco dos comitês cívicos do Sul e no Cabildo nacional realizado em La Paz. Todos estes reivindicaram a luta contra a entrega dos recursos naturais, por uma saúde e educação estatal, respeito ao contrato coletivo de trabalho e todas as reivindicações particulares de cada uma das regiões.

A ultradireita fascista usurpou a vitória das massas

A velha direita, por meio do Comitê Cívico de Santa Cruz, encabeçada por Luís Fernando Camacho, ultradireitista fascista e racista, apoiando-se nos setores da pequena burguesia urbana enriquecida, acabou capitalizando politicamente o levante popular.

O CONADE e o fascista Camacho foram os encarregados de usurpar o triunfo das massas, desviando a luta para a defesa da "democracia" e da Constituição, na contramão das resoluções do Cabildo Nacional, de 31 de outubro, que levantou as reivindicações específicas dos setores, das regionais e a independência política, diante da velha e da nova direita.

A batalha de nossos camaradas não conseguiu que as bases assimilassem a diferença entre a luta gestada pelo Bloco do Sul e as manobras da direita obscurantista. No entanto, as bandeiras da política do proletariado foram colocadas nos sindicatos e comitês em que nós intervimos.

Nossa seção boliviana enfrentará o governo provisório assassino e o próximo governo direitista, impulsionando, desde baixo, as reivindicações de todos os setores, mostrando que nenhum governo burguês resolverá os problemas dos oprimidos e a necessidade de que o proletariado retome as bandeiras de luta revolucionárias; pelo governo operário e camponês e de todos os oprimidos que libere o país do saque imperialista e da exploração burguesa para superar o atraso, a miséria e a fome.

(Artigo do POR da Argentina 18 de novembro, publicado no jornal Massas, nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

A nossa resposta aos detratores:

Estalinistas, masistas e impostores, que passam por trotskistas, saem ao ataque: acusam o POR de servir à direita

Já em 1946, quando o POR convocou as massas a se diferenciarem politicamente do nacionalismo de conteúdo burguês, nesse momento, encarnado pelo governo de Gualberto Villarroel, acusado pelo governo dos EUA de nazifascista, e que terminou tragicamente pendurado em um farol na Praça Murillo, por uma rebelião encabeçada pela oligarquia mineira-feudal, surgiram as acusações caluniosas de alguns alinhados ao chamado “nacionalismo de esquerda”, como Abelardo Ramos, no sentido de que o trotskismo boliviano teria se ali-

antioperária do neoliberalismo, ao manter vigente o D.S. 21060.

- 2.- Destacamos que a “democracia” e as eleições são uma farsa, que não resolvem os problemas deste país. Neste sentido, convocamos as massas a manterem sua independência política, diante de todos os candidatos da velha e da nova direita, votando nulo ou branco;
3. Durante a última rebelião popular, que derrubou o governo do MAS, nos diferenciamos da velha direita, assinalan-

do que o objetivo não era o de lutar por uma inexistente democracia, que é uma forma de administrar o Estado burguês. Por outro lado, defendemos os direitos e liberdades democráticas, entendidos como o direito dos bolivianos a pensar, manifestar-se livremente, a se organizar, a viver em condições humanas, a ter acesso à água, à educação, à saúde, etc.;

4. Desde o Bloco dos Comitês Cívicos do Sul, defendemos uma

plataforma de reivindicações gerais, regionais e sociais, entendendo que o conflito não teria um desenlace pela via revolucionária, devido à ausência do proletariado, havendo, portanto, que preparar os explorados e os oprimidos para enfrentar o próximo governo burguês, que surja das novas eleições, com “as bandeiras bem colocadas”, expressas na plataforma única nacional, que encarne a necessidade de todos os setores regionais (...)

nhado por trás da conspiração oligárquica e estalinista. Agora, com algumas nuances de diferença, a história se repete. São os estalinistas, os depostos masistas e alguns impostores, que se passam por trotskistas, que espalham a falácia de que o POR teria conspirado, sob as mesmas bandeiras, com a direita tradicional, para acabar com um “governo progressista e anti-imperialista”, que teria levado adiante um interessante e inovador “processo de mudança”, e que teria transformado radicalmente a estrutura econômica do país, mudando as relações sociais e políticas, incorporando os indígenas a todos os níveis da administração do Estado, e superando todo tipo de discriminação racial e social, etc.

O POR, em sua defesa, pontualiza o seguinte:

1. Temos defendido que o governo do MAS, embora representado por um indígena, desenvolveu uma política burguesa, por defender a propriedade privada, em todas as suas formas; foi serviçal do imperialismo, porque entregou os recursos naturais deste país (o lítio, as reservas mineralógicas mais importantes, o gás, etc.) à voracidade das transnacionais, e foi serviçal da empresa privada nacional, porque destruiu o ecossistema e a biodiversidade (a Chiquitanía, Tariquía, TIPNIS, etc.), a serviço das grandes empresas agroindustriais nacionais. Observamos que o governo do MAS, durante seus 14 anos de governo, se constituiu na nova direita, que tem continuado a política

do Sul, defendemos uma plataforma de reivindicações gerais, regionais e sociais, entendendo que o conflito não teria um desenlace pela via revolucionária, devido à ausência do proletariado, havendo, portanto, que preparar os explorados e os oprimidos para enfrentar o próximo governo burguês, que surja das novas eleições, com “as bandeiras bem colocadas”, expressas na plataforma única nacional, que encarne a necessidade de todos os setores regionais;

5. Concretizamos a necessidade da independência política dos combatentes, das organizações cívicas e sindicais, sob a consigna “Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho”. Travamos um duro combate contra todas as expressões da velha direita e da ultradireita do Comitê pró-Santa Cruz, do interior dos Comitês Cívicos e da mobilização nacional.

Aos detratores do POR, perguntamos: onde está a capitulação diante da direita? Por acaso, não mantivemos no alto as bandeiras da revolução e da independência política dos explorados, diante do Estado burguês e das expressões políticas da classe dominante e do imperialismo?

(Extraído do Jornal Massas, nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Qual foi o papel do imperialismo na queda de Evo Morales?

Seria um equívoco pensar que os EUA não tiveram nada a ver com o que se passou com o governo Evo Morales, que, durante catorze anos, apesar de sua verborragia anti-imperialista, concluiu favorecendo francamente às empresas privadas nacionais, aos bancos e às multinacionais, garantindo-lhes rendosos lucros, como nunca tiveram antes na história deste país. Evo Morales deu muitas provas de respeito à grande propriedade privada dos especuladores estrangeiros, fornecendo-lhes a segurança jurídica necessária para lhes garantir grandes lucros. Os norte-americanos não tinham nenhuma dúvida de que o governo boliviano era um fiel serviçal dos seus interesses, desde o momento em que se declarou “sócio” das empresas multinacionais.

Mas, para o imperialismo, não é suficiente o servilismo dos governos de suas semicolônias. Estes precisam lhes demonstrar que podem garantir a “paz social”, para que seus negócios prossigam, sem contratempos ou situações incômodas, em consequência dos conflitos sociais e nacionais. Para ele, é importante que os governos impostores tenham a capacidade de controlar os explorados e oprimidos, e colocá-los no lugar, toda vez que se ponha em perigo a ordem social imperante.

Não foi difícil definir que, entre uma direita inútil e derrotada, era melhor apostar em um governo indígena, que, durante 14 anos, embriagou os camponeses, setores proletários, e conseguiu controlar o descontentamento da classe média empobrecida. As direções sindicais do movimento operário, dos camponeses e do magistério foram completamente estatizadas. As organizações indígenas das zonas baixas, dos produtores de coca dos Yungas de La Paz, etc. sofreram intervenção, por meio de um cínico paralelismo organizativo. O governo desfechava duros golpes contra as conquistas fundamentais dos trabalhadores, e se empenhava firmemente em descarregar o peso da crise econômica nas costas da maioria nacional oprimida, para salvar os interesses das empresas privadas e das multinacionais.

O apoio do imperialismo se manifestou na conduta servil de Almagro, que veio à Bolívia para sacramentar o “direito” de Morales e Garcia Linera se postularem como candidatos quantas vezes quisessem, violando os resultados do referendun de 21 de fevereiro de 2016. Para muitos, essa conduta do funcio-

nário da OEA era pessoal, e o qualificaram de imoral, porque acreditaram que estava tentando conseguir o apoio boliviano para sua reeleição no cargo que exercia na organização internacional. Não suspeitaram que este personagem só cumpria ordens do governo norte-americano. Não se pode esquecer que a OEA não é outra coisa que uma quinta coluna do imperialismo ianque.

Repentinamente, esse modo de pensar do amo mudou, quando, diante da descomunal fraude eleitoral, estourou no país um movimento social de proporções imprevisíveis. A classe média protagonizou e dirigiu, por meio dos comitês cívicos, multitudinárias mobilizações, paralisando as grandes cidades com barricadas. A polícia se amotinou, o exército se levantou,

Para os ianques, chegou a hora de pensar na substituição do seu serviçal no país e não havia outro caminho, a não ser recorrer novamente à velha direita.

insubordinando-se a Morales, e o imperialismo chegou à conclusão de que esse governo já não lhe era útil, retirando-lhe seu apoio e obrigando-o a renunciar.

Para os ianques, chegou a hora de pensar na substituição do seu serviçal no país e não havia outro caminho, a não ser recorrer novamente à velha direita. Por acaso, ligeiramente remojada com o Bolsonaro boliviano Camacho? O novo governo ultradireitista poderia garantir a segurança dos seus interesses à custa de repressão, nem que para isso tenha que modelar um novo exército e uma nova polícia? Caso se consolide um governo direitista, não terá outro caminho a não ser recorrer a métodos fascistas, procurando destruir as organizações sindicais, e cortar o processo de retorno da classe operária a sua tradicional política revolucionária.

O governo provisório, hoje débil demais, é obrigado a fazer concessões às massas mobilizadas para garantir a efetivação de novas eleições. Esse é o caminho pelo qual o próximo governo continue ostentando a máscara democrática e, em nome da “democracia”, siga executando a mesma política iniciada por Evo Morales, sua camarilha, seus sócios multinacionais, os empresários e a burguesia agroindustrial do Oriente.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

O bloqueio nacional camponês pôs um fim ao frenesi reacionário da ultradireita camachista



A leviandade reacionária havia tocado a chaga aberta do sentimento de reivindicação nacional indígena dos camponeses e setores indígenas das cidades, por um lado, e os interesses econômicos dos produtores de coca do Chapare, diante da ameaça do retorno da política imperialista de coca zero, por outro.

O governo do MAS caiu como deveria cair, de acordo com sua própria política. Repudiado, como impostor, por amplos setores das massas que, no início, acreditaram nele.

Evo estreou proclamando sua condição indígena-camponesa, como garantia de que seu governo seria um governo do povo e para o povo, entendido o termo como o conjunto dos explorados e oprimidos, e da grande maioria indígena-camponesa, bem como das cidades, por 500 anos oprimidas nacionalmente pelos colonizadores. Mas, ao mesmo tempo, proclamava que seria respeitoso a todas as formas de propriedade sobre os meios de produção. Incluindo, naturalmente, a dominante, a grande propriedade privada burguesa, e os direitos das multinacionais de explorarem os recursos naturais.

Somente o POR denunciou que o conteúdo de classe de um governo não é determinado pela cor de pele do caudilho, mas pela sua posição diante da grande propriedade privada. Que,

desde o momento em que se declarava respeitoso à grande propriedade privada, estava condenado a desenvolver a política burguesa. Que era apenas a repetição da essência dos partidos políticos burgueses. Que o MAS era irmão gêmeo dos partidos tradicionais da burguesia.

Em março de 2007, o vice-presidente García Linera, através da imprensa, deixou claro o conteúdo da política do governo MAS:

“Repetir uma e mil vezes: este Governo do presidente Morales respeita a propriedade privada, respeita a religião, respeita a atividade saudável do empresário, garante a atividade privada no ensino e na saúde...”

“Nos fatos, é um governo que respeita a propriedade, a segurança jurídica, as empresas, e que trabalha justamente para melhorar os ganhos da classe média(...) Este governo nunca vai afetar a propriedade dos setores produtivos...”

“Nem mesmo com o tema terra, que, se supunha, iria gerar uma guerra, tivemos uma saída equilibrada. Fizemos uma lei

dura com o especulador, mas muito magnânima com o produtivo ...”

O governo do MAS concluiu seu ciclo convertido em um governo a serviço dos empresários, dos agroindustriais do Oriente e das multinacionais; tão direitista como a velha direita opositora, agora no governo de transição da senhora Áñez e do fascista Camacho.

Evo decepcionou profundamente as ilusões que despertou, no início, nas camadas empobrecidas da pequena-burguesia urbana, no proletariado, e mesmo no campesinato. O que explica porque é que não responderam aos chamados de Evo, para que saíssem em sua defesa.

O novo governo, no frenesi do triunfo, não pôde ocultar seu ódio racista; seus partidários pisotearam a Wiphala, e o novo Ministro do Governo, Arturo Murillo, anunciava que a DEA retornaria, para acabar com o narcotráfico no Chapare.

A leviandade reacionária havia tocado a chaga aberta do sentimento de reivindicação nacional indígena dos camponeses e setores indígenas das cidades, por um lado, e os interesses econômicos dos produtores de coca do Chapare, diante da ameaça do retorno da política imperialista de coca zero, por outro.

Por isso, à margem da evidente presença de agitadores masistas, o bloqueio nacional camponês foi tão contundente e radical, que as tentativas criminosas do governo de acabar com eles a sangue e fogo, autorizando às Forças Armadas, por decreto 4078, a disparar contra os manifestantes, tiveram de ser reconsideradas, e se optar pelo diálogo para buscar a pacificação do país.

Agora, a extrema direita sabe que não pode fazer o que quiser, que a Bolívia é um barril de pólvora, que pode voltar a estourar a qualquer momento.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

QUE GOLPE DE ESTADO?

Morales foi expulso do poder por uma grande mobilização popular, não por um golpe de Estado. Os golpes de Estado são ações de cúpulas planejadas e impostas de cima. São operações executadas por grupos do Exército, coordenados com alguns setores civis à margem das grandes massas e, geralmente, contra elas.

Os ideólogos reformistas formularam a teoria do Golpe de Estado para esconder o evidente esgotamento político do MAS. Ninguém engole esta teoria. A verdade é que nenhuma das besteiras inventadas pelos reformistas refuta o fato de que o MAS caiu devido à sua política de conciliação com a burguesia, com as multinacionais e a oligarquia latifundiária de Santa Cruz. Em síntese, pela sua política de preservação do capitalismo, de seu “processo de mudança”, que NÃO leva ao socialismo, mas, ao fortalecimento dos capitalistas, para em seguida, assim que mudarem as condições, quando as massas se chocam com o governo, impostor, corrupto, fraudulento e antinacional. Seus sócios de ontem, hoje, chutam o seu traseiro.

A teoria de que uma “divisão, interburguesa” explica a convulsão social que o país atravessa é equivocada. É mais do que evidente, a burguesia e a velha direita que hoje tomou conta do poder, não pensou, em nenhum momento, que a rebelião popular levaria as coisas ao extremo a que chegaram. No início do conflito, a burguesia agroindustrial de Santa Cruz, aliada ao MAS (poucas semanas antes, haviam dado, de presente ao Evo, um cavalo, avaliado em mais de US\$ 60.000), as multinacionais e o próprio imperialismo marchavam por trás de Evo Morales. Almagro, da OEA, expressando os interesses do imperialismo norte-americano, que, meses antes, veio dar sua benção à reeleição ilegal de Morales, não abriu a boca, senão até o último momento, e somente para dar a estocada final num governo que caía. Não se pode esquecer de que, até a véspera, Bellot, máximo representante nacional da Federação de Empresários Privados, era parte da CONALCAM (Coordenadora Nacional para a Mudança). Todos eles estavam certos de que o governo controlaria a situação, tanto é assim que, no primeiro Cabildo, em Santa Cruz, os civis direitistas, ligados à CAINCO (Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz), ainda que, devido à pressão social, fossem obrigados a incorporar as demandas da Chiquitania, de anulação das leis e decretos que favoreciam o agronegócio e os grileiros de terras, permitindo a devastação dos bosques, a demanda de recuperação do lítio, e a dos médicos e trabalhadores da saúde, etc., se esforçaram para que o sangue não chegasse ao rio, e convocaram o “voto de castigo,” avalizando e entrando no jogo da farsa eleitoral do oficialismo.

A cínica manipulação fraudulenta das eleições estimulou a ira popular, particularmente das classes médias. Após o grande Cabildo Nacional, realizado em La Paz, e simultaneamente, nas principais capitais, e até no exterior (Madri, Barcelona, Nova Iorque, etc.), a burguesia nacional e o imperialismo perceberam que a situação havia mudado, e que

o governo perdia o controle das massas. Um Cabildo, cujo conteúdo anti-imperialista e anti-burguês ficou destacado, quando suas resoluções não se limitaram a reclamar pelo respeito ao voto, mas foram além, reivindicando a recuperação dos recursos naturais das mãos das multinacionais, e a reversão das terras entregues aos agroindustriais e grileiros, além das demandas dos setores da saúde e educação. A burguesia e o imperialismo não podiam permitir que as coisas tomassem esse caminho.

A burguesia e o imperialismo mudaram de rumo, quando perceberam que Evo NÃO poderia mais controlar a rebelião das massas.

A cínica manipulação fraudulenta das eleições estimulou a ira popular, particularmente das classes médias. Após o grande Cabildo Nacional, realizado em La Paz, e simultaneamente, nas principais capitais, e até no exterior (Madri, Barcelona, Nova Iorque, etc.), a burguesia nacional e o imperialismo perceberam que a situação havia mudado, e que o governo perdia o controle das massas.

O governo estava certo de que tinha sob seu controle a polícia, por meio dos seus comandantes corruptos e politicamente alinhados a ele. O que o governo não levou em consideração foi o grande mal-estar da base policial, percebido por todos os manifestantes, que estavam certos de que, a qualquer momento, a polícia viraria. Mal-estar que estoura como motim policial em Cochabamba e, em poucas horas, se generalizou a todo o país, colocando em xeque o governo, que tampouco acreditava que as coisas chegariam até onde chegaram. Por outro lado, o exército que, até a véspera, esteve, por meio do General Kalliman, alinhado ao governo, resistiu em sair às ruas para reprimir, e “recomendou” ao presidente renunciar ao cargo, em nome da “pacificação” do país. Tudo isso foi uma “grande rebelião popular”, que fica muito longe de ser um Golpe de Estado.

(Extraído do Jornal nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Nossa luta em defesa das liberdades e direitos democráticos

Nós, os PORistas, ontem diante do governo Evo Morales, hoje diante da Áñez e durante o desenvolvimento do conflito, sempre levantamos bem alto a defesa das liberdades e direitos democráticos do povo boliviano: direito de eleger e manifestar; direito ao trabalho, ao pão, à educação e à saúde; direito de defender o lítio e os recursos naturais que vêm sendo entregues às multinacionais; direito de defender a Chiquitania e as terras devastadas pela oligarquia de Santa Cruz e pelos grileiros de terras etc.. Todos esses direitos foram pisoteados pelo governo de Morales, e, hoje, pelo de Áñez.

Dizemos que não acreditamos que o exercício cretinizante do voto seja o meio por meio do qual os explorados e o país alcançariam sua emancipação, que a democracia formal burguesa na Bolívia - devido ao escasso desenvolvimento do país - é uma farsa e que evidentemente não funciona. Apesar disso, defendíamos o direito democrático dos bolivianos de eleger quem eles quisessem. Mas, para nós, a luta não se limita ao direito pelo voto, senão que implica a luta por todos os direitos e liberdades democráticas não cumpridas pelo governo de plantão, e por outro qualquer que o substitua.

Essa questão é muito importante de se entender, porque contém a projeção anti-imperialista e antiburguesa da nossa intervenção no conflito. O que nos diferencia das demais correntes políticas democratizantes e direitistas, que disputaram a direção do movimento cívico popular.

Temos nos esforçado para defender a independência política do movimento operário, popular e cívico diante dos partidos burgueses e pró-burgueses (MAS, CC, DEMOCRATAS, PDC, UN, CONADE, etc. A evidência dessa disputa ficou registrada até na imprensa burguesa.

Concordamos com a opinião de que até agora pode se distinguir dois momentos no desenvolvimento do conflito. No primeiro momento em que a mobilização desencadeada pelo mal-estar diante da fraude, que desde o início indicava que as camadas enriquecidas da pequena burguesia imprimiam uma marca conservadora e até racista aos protestos. E em um segundo momento, que alcançou um tom anti-imperialista e antiburguês, quando por meio do Bloco Cívico do Sul, impulsionado por CODEINCA, se coloca uma orientação que incorpora não apenas uma limitada reivindicação de respeito e defesa do direito de eleger, bem como a defesa das liberdades e direitos democráticos

(...) pode se perceber que a principal fraqueza do Bloco Cívico do Sul era a ausência do proletariado na mobilização, e que essa debilidade determinaria o destino do conflito. O que debilitou nossa posição, e assegurou uma saída burguesa à crise política. Os fatos muito rapidamente confirmaram este prognóstico.

em geral, água, trabalho, saúde, pão, educação, etc., juntamente com a defesa do lítio, não entrega da Chiquitania aos agroindustriais, etc.

A constatação de que eram três tendências que disputavam a direção do movimento cívico foi feita pela própria burguesia, por meio dos jornais *Los Tiempos* e *Página Sete*, em artigos que dão conta do peso da nossa orientação no conflito. Tudo isso chega a sua máxima expressão no Cabildo Nacional, realizado em La Paz, e, simultaneamente, em todo o país. Nesse momento, pode se perceber que a principal fraqueza do

Bloco Cívico do Sul era a ausência do proletariado na mobilização, e que essa debilidade determinaria o destino do conflito. O que debilitou nossa posição, e assegurou uma saída burguesa à crise política. Os fatos muito rapidamente confirmaram este prognóstico. Desde aquele momento, a burguesia, que não podia permitir esse desenvolvimento, se ocupou em dividir o Bloco Cívico do Sul mediante a intervenção do tradicionalmente direitista Comitê Cívico de Santa Cruz, encabeçado pelo fascista Camacho, que teve o apoio de Pumari, o oportunista presidente do Comitê Cívico de Potosí.

As reivindicações foram esvaziadas de todo conteúdo anti-imperialista e antiburguês, para centrar unicamente na renúncia de Evo Morales, em novas eleições em um novo Tribunal Superior Eleitoral. Essa manobra do Comitê Pró Santa Cruz foi possível graças ao apoio das camadas acomodadas da classe média, que se direitizavam a cada dia. Camacho, que expressava as tendências ultrarreacionárias da classe média acomodada, fascista e racista transformou-se no polo aglutinador de todos os partidos de velha direita, incluídas as tendências burguesas democratizantes lideradas por Mesa e pelo CONADE. Camacho conseguiu se impor para logo controlar a situação, dar um chute nos democratizantes do CONADE e a Mesa.

Da nossa parte, marcamos uma nítida diferenciação política com o fascista Camacho. Mostramos os motivos pelos quais não aceitamos a unidade com ele, ou seja, por ser a expressão fascista e racista da burguesia agroindustrial, tão entreguista e vende-pátria como o governo de Evo Morales.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2613, 29 de novembro de 2019, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

A impostura do MAS e o movimento camponês

O esgotamento político do MAS é consequência da inviabilidade histórica do seu projeto político. Uma versão indigenista do velho programa reformista do nacionalismo burguês. Os MASISTAS se empenharam em fazer crer que lideravam uma grande transformação do país, abraçados com multinacionais e a burguesia nacional. Pretenderam vender a ideia de que a velha e fracassada receita nacionalista era, na realidade, a expressão de uma genialidade e excepcionalidade, jamais vista na história, fruto das virtudes intrínsecas da condição “indígena” do presidente, que o coloca além do bem e do mal, incorruptível, infalível e sempre disposto ao sacrifício desinteressado.

O governo de Evo Morales não foi fruto de uma revolução social, mas produto da farsa eleitoral burguesa, depois do esgotamento da política neoliberal, da expulsão de Sánchez de Lozada (Goni) do poder, pela rebelião popular, e do total desgaste do velho aparelho estatal burguês. As ilusões despertadas nas massas foram alimentadas por um período de bonança econômica excepcional, determinado pelos preços altos das matérias-primas. A impostura procurou fazer crer que essa conjuntura econômica internacional excepcional foi fruto da “genialidade” dos ministros de Evo, supostos criadores de um modelo único, digno de exportação, ao que chamaram pomposamente “modelo econômico social comunitário”, destinado a nos levar ao paraíso do “viver bem”, em um “modelo socialista” próprio, único e fruto da fusão do marxismo com o indigenismo. O que não exigia a expropriação da burguesia, nem das multinacionais, que viveriam em “complementariedade e reciprocidade” com todas as outras formas de propriedade dos meios de produção.

Mas, a realidade é mais dura que a ficção, em muito pouco tempo, as profundas contradições de interesses contrapostos fizeram estourar a “economia plural”, e desnudaram seu verdadeiro sentido. Uma economia onde a grande propriedade – multinacional, dos oligarcas latifundiários e da burguesia nacional – submete, com ajuda do “Estado pluri-nacional”, aos seus interesses, as outras formas de propriedade: pequena, comunal, cooperativa, etc., e impõe um regime de exploração trabalhista – de abusos, baixos salários, etc., igual ou pior do que durante o período neoliberal.

Essas contradições impactaram com maior força na pequena burguesia urbana. A classe média, em seus diferentes estratos, foi se desencantando do “processo de mudança”, que não muda nada, e desenvolvendo, em seu seio, ideias que vão, desde as ideias revolucionárias, afins às do proletariado, até ideias pro-fascistas, racistas, fanaticamente anticomunistas e religiosas. O proletariado e as massas camponesas-indígenas marcharam atrás desse processo, presos nas redes assistenciais e clientelistas, generosamente conce-



(...) a contradição evidente entre a insatisfação da sede de terra, a preservação da pequena parcela, fonte da miséria do camponês, com os privilégios e vantagens, outorgados aos grandes latifundiários, não alcançou um desenvolvimento pleno, dado o atraso secular do campo, o isolamento das comunidades indígenas, etc.

didas pelo governo e pela burocracia sindical, corrompida até a medula.

A grande massa camponesa-indígena não esgotou sua experiência sob a impostura MASista. O governo indígena não libertou o índio, e não transformou seu modo de produção da vida social. O direito à autodeterminação foi burlado por Evo Morales, e subordinado aos interesses das multinacionais. Apesar disso, a contradição evidente entre a insatisfação da sede de terra, a preservação da pequena parcela, fonte da miséria do camponês, com os privilégios e vantagens, outorgados aos grandes latifundiários, não alcançou um desenvolvimento pleno, dado o atraso secular do campo, o isolamento das comunidades indígenas, etc. A identificação com a origem indígena-camponesa do Presidente foi posta em questão pela corrupção extrema do entorno presidencial, mas que apenas chegou a respingar, aos olhos dos camponeses-indígenas, em Morales. No entanto, os interesses contraditórios dos diferentes setores camponês-indígenas se chocaram com os dirigentes MASistas, que pretenderam impor ações que acabaram prejudicando os próprios camponeses produtores, que necessitavam vender nas cidades. Essas contradições tornaram insustentáveis os bloqueios contra as cidades para impor o retorno de Evo ao poder.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2613, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Chile: momentos decisivos

A luta das massas nas ruas não conseguiu derrubar o odiado governo. Mas, a brutal repressão tampouco conseguiu esmagar o movimento. É em meio a esse impasse que a burguesia procura uma saída institucional, que estanque a crise revolucionária e reforce a governabilidade burguesa. É com esse objetivo que situação e oposição acordaram em impulsionar a elaboração de uma nova Constituição. Falta definir se se realizará pela via do Congresso (como pretende o governo), ou pela via de uma Assembleia Constituinte, com representantes eleitos, como pretende a oposição burguesa e a burocracia sindical.

Ocorre que a atual Carta Magna, aprovada pela ditadura genocida de Pinochet, é amplamente rejeitada pela população. Fez da saúde, educação e pensões um “negócio exclusivo” das empresas privadas; proíbe o direito de greve ao funcionalismo público; favorece a concentração de poderes no executivo; estabeleceu quórum elevado para que certas leis não sejam aprovadas, modificadas ou anuladas (a exemplo das chamadas “leis orgânicas constitucionais” de ensino, serviço eleitoral, o Congresso e as Forças Armadas e policiais); dá ao Tribunal Constitucional (TC) poder supremo para decidir sobre todos os assuntos do Estado (suas decisões são inapeláveis), bem como converteu as Forças Armadas em instrumento da “repressão interna”, e impõe uma ditadura burocrático-militar-policial que paira por cima das instituições. Os milhares de presos e feridos, os 27 mortos, as torturas e os estupros demonstram a real fisionomia do regime ditatorial, que se acoberta por trás da formalidade democrático-burguesa.

A burguesia se apoia nas ilusões democráticas, presentes em

parte das massas, com o palavreado de que serão “partícipes” na elaboração da primeira Constituição “parida” por um regime democrático, fechando assim o nefasto passado de três Constituições (1883, 1925 e 1980), redigidas após golpes de Estado. É com esse cretinismo parlamentar que a oposição e a situação estão trabalhando para quebrar o vigoroso movimento unitário das massas, que expressa a maioria oprimida.

A vitória final dos chilenos depende de não se desviarem das reivindicações que soldaram a unidade dos assalariados e da juventude oprimida. A luta pelo fim do sistema privado de aposentadoria, do ensino e da saúde tem guiado os combates de rua. O que exige a estatização, sem indenização, e constituição de um sistema único público de cada uma das funções sociais.

Como vimos, a reação inicial contra o aumento das passagens do metrô foi o estopim para virem à tona os imensos problemas causados pelo sistema privado da aposentadoria, educação e saúde. As massas querem que sejam arrancados das mãos dos banqueiros e dos empresários. A ampla privatização das funções sociais do Estado burguês foi imposta pela contrarrevolução pinochetista, que se orientou pelos interesses do imperialismo, em particular pelos dos Estados Unidos. A vanguarda deve denunciar a manobra da Constituinte, e firmar a plataforma de reivindicações que se choca com os interesses da burguesia e do imperialismo. Em contraposição à farsa burguesa de adotar uma constituição democrática, é preciso evidenciar a ditadura de classe da burguesia, e expor no interior do movimento a estratégia revolucionária do proletariado.

COLÔMBIA: MAIS UM ELO NA CRISE REVOLUCIONÁRIA DA AMÉRICA LATINA

O levante das massas diante das contrarreformas antipopulares e antinacionais do governo de Ivan Duque indica que a Colômbia também segue a tendência de luta dos explorados na América Latina. Trata-se da revolta operária e popular contra o avanço da barbárie social e da militarização da política. Os explorados indicam que começaram a reagir nacionalmente às necessidades dos monopólios de garantirem seus lucros, agravando a opressão social e nacional.

A reforma previdenciária e trabalhista, os cortes orçamentários em saúde e educação, o impulso das desnacionalizações e privatizações, bem como as ações do exército e bandos criminosos, que atacam as nacionalidades indígenas e ativistas sociais, aplicando métodos do terrorismo do Estado (três manifestantes foram assassinados em manifestações, e mais de 400 ativistas em quatro anos), ilustram a real face do governo de Duque, orientado a proteger os interesses dos monopólios imperialistas, dos latifundiários e da burguesia narcotraficante.

Eis a dinâmica concreta das classes sociais na crise que implodiu em 21 de outubro, depois de realizada a greve nacional contra as medidas reacionárias do governo. Rejeitado por 65% da população, e abalado pelas derrotas eleitorais regionais, Duque visa a um acordo com a oposição, sobre medidas cosméticas (devolução do Imposto ao Valor Agregado – IVA – para a população mais pobre, redução dos preços de presta-

ções médicas para aposentados, programas para contratação de jovens pelas empresas, etc.). Manobra, assim, para dissolver o levante, e romper a frente única erguida pelas massas.

O êxito dessa manobra depende das direções sindicais aborem a radicalização política dos protestos, e utilizá-los como moeda de troca para negociar modificações às contrarreformas. É a esse objetivo que visa o Comando Nacional Unitário – CNU, que reúne as três centrais sindicais operárias – CUT, CGT e CTC –, a Organização Nacional Indígena da Colômbia – ONIC – e as federações estudantis – Acrees e Unees. Entretanto, a decisão das massas, de não retroceder e não pactuar com os responsáveis políticos dos três assassinados, por enquanto, se opõe às traições. Eis por que o governo fracassou na sua proposta de “diálogo nacional”, utilizando-se do CNU. Os explorados terão de constituir órgãos classistas e passar por cima da direção, que tende a conciliar. Por experiência própria no Brasil, sabemos que a ausência de uma direção revolucionária facilita as negociações por cima do movimento, e, assim, se chega à traição.

O fundamental da situação política na Colômbia, como também é o caso do Chile, reside em que mostra que os “modelos” usados pelos Estados Unidos, para impor seus ditames a sangue e fogo no continente, estão implodindo, sob a pressão das violentas contradições, acumuladas entre os explorados e os exploradores por toda América Latina. Evidentemente, há

as tarefas democráticas nacionais, que marcam a história da luta de classes em cada país. O direito à autodeterminação das nacionalidades indígenas, e a revolução agrária, que acabem com a grande propriedade latifundiária, estão na base da luta de classes na Colômbia.

Assinalamos esses aspectos do programa da revolução proletária no país para melhor explicar porque, apesar das FARC se dissolverem no seio do parlamentarismo burguês, e encerrado o chamado “Processo de Paz”, a burguesia manteve os métodos terroristas do Estado para reprimir as nacionalidades

indígenas, e assassinar lideranças camponesas. O presente movimento de massa se distingue por se assentar nos métodos da luta de classes do proletariado. Tende a erguer formas organizativas próprias (frentes únicas, assembleias operárias e populares, comitês de mobilização e greve). Por essa via, a vanguarda poderá enfrentar a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Tarefa essa obrigatória para superar as Farcs e outras organizações nacionalistas, que se lançaram à luta armada no campo, e não foram capazes de organizar o proletariado.

Irã: a revolta das massas expõe à luz-do-dia a tarefa da revolução e ditadura proletárias

Em 15 de novembro, uma onda de protestos tomou conta do Irã. As massas se rebelaram contra a decisão do Alto Conselho da Coordenação Econômica, de pôr fim ao subsídio à gasolina, e aumentar em 50% o preço dos primeiros 60 litros mensais, e 300% cada litro que superar essa cota.

Segundo o governo, não haverá volta na decisão. O presidente, Hassan Rohani, disse que a medida está destinada a criar um fundo de 2,3 bilhões de euros, para um plano de subsídios sociais a 75% da população (60 milhões), que atravessa “graves dificuldades econômicas”. A medida, de fato, é uma declaração de guerra contra a maioria nacional, que vem sofrendo uma erosão contínua de suas condições elementares de vida. A inflação supera 40%, alavancando os preços internos das mercadorias de consumo básico, grande parte importada. E isso em um quadro de contração e estagnação econômica.

Em Sirjan, os manifestantes atacaram um depósito de gasolina, e bloquearam rodovias. O mesmo se passou em Machhad (norte); Ahvaz, Chiraz e Bandar Abbas (sul); Birjand (leste); em Gachsaran, Abadan, Khoramshahr e Mahshahr (sudoeste); e na capital, Teerã. Centenas de bancos privados e estatais foram atacadas com bombas Molotov, foram queimados prédios governamentais, atacados postos policiais, e até centros religiosos. O governo desfechou uma brutal repressão, e conta-se em mais de 100 os mortos, e mil os presos. Não se sabe, ao certo, o resultado da matança. Fala-se em centenas.

Se bem que o aumento do preço da gasolina foi a gota d’água, a revolta popular vem se potenciando desde 2008, quando a burguesia se orientou a resolver os reflexos da crise mundial dentro do país, alavancando um amplo plano de reformas antinacionais e antipopulares. Certamente, os problemas econômicos surgidos do bloqueio do imperialismo potenciaram as contradições. Mas, é o percurso da crise mundial que aplainou o caminho para as massas retomarem a luta em defesa de suas condições de vida. O governo autocrático não é capaz de enfrentar o imperialismo com medidas revolucionárias, e descarrega as consequências sobre a população.

Desde então, imperialismo europeu vem penetrando mais fundo na economia nacional, produto do acordo nuclear assinado entre as potências e o regime teocrático. Avançou assim a desnacionalização no setor estratégico do petróleo e gás. Quando da ruptura dos EUA com o acordo, e a retirada de capitais

europeus, a situação econômica agravou-se mais uma vez. Cresceu o desemprego, o congelamento de salários e aumentaram os preços internos dos produtos de consumo básico. As massas ficaram mais pobres, e a nação mais submetida aos ditames do capital financeiro. Eis por que, entre 2017 e 2019, explodiram inúmeros movimentos contra o alto custo de vida, o desemprego, o congelamento de salários, bem como contra a retirada de direitos e o alargamento dos métodos terroristas do Estado para impor a sangue e fogo as contrarreformas.

Enquanto isso, um reduzido núcleo de oligarcas e burocratas se enriquece a passos largos. 100 famílias parasitam recursos do Estado, no valor de 14 bilhões de euros. O contrabando agrava em 30 bilhões de euros anuais o déficit do orçamento estatal, riqueza essa que é colocada em bancos do exterior, para benefício de uma ultraminoria (3,5 mil famílias de altos burocratas moram na Inglaterra). Funcionários parasitam os lucros do setor estatal da economia. E os Mulás, principais lideranças religiosas, usam as leis islâmicas para acobertar o enriquecimento pessoal.

Se bem que o regime teocrático acusou aos Estados Unidos e seus serventes, Israel e Arábia Saudita, de incentivar os protestos, criando um clima “de desestabilização interna”, o certo é que a repressão objetiva esmagar os protestos, que ameaçam o cimento da grande propriedade privada, sobre a qual paira o imperialismo e a casta oligárquica iraniana. Trata-se da manifestação no país da lei econômica mais absoluta do capitalismo, que concentra a riqueza em mãos da burguesia, e empurra a maioria para a pobreza e miséria.

O que se vem passando no Irã nada mais é do que um elo na cadeia de choques e revoltas, que colocam as massas famintas em combate às contrarreformas dos governos burgueses. Ao resistirem, semeiam os germes da frente única em defesa das reivindicações econômicas e democráticas da maioria oprimida, base para a unidade revolucionária contra o governo, a burguesia e o imperialismo. A necessidade de ampla coesão dos explorados coloca à vanguarda que se organize no partido marxista-leninista-trotskista, e desenvolva o programa do governo operário e camponês em cada país, como elos da revolução mundial, que decorre do programa dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. O rio de sangue vertido pelos combatentes no enfrentamento com a ditadura teocrática irrigará o caminho da libertação dos explorados iranianos.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas, nº 599, expusemos a crítica de Lênin à Conferência Democrática, convocada pelos socialistas revolucionários e mencheviques. O oportunismo pequeno-burguês agia, com todos os meios possíveis, para combater a posição dos bolcheviques, que se empenhavam em organizar a insurreição para derrubar o governo de Kerenski, e constituir um governo operário e camponês. Entre as campanhas desses adversários da revolução, se destacou a tese de que não havia possibilidade da classe operária constituir um governo próprio e garantir o seu poder.

Em resposta, Lênin escreveu, em fins de setembro e início de outubro de 1917, um folheto intitulado “Poderão os bolcheviques manter o poder...”. A ideia principal era a de que não havia como os bolcheviques sozinhos tomarem o poder do Estado e conservá-lo. Esse argumento desembocava na defesa de um novo governo de coalizão, portanto, burguês. Lênin iniciou recorrendo à votação que se passou no interior dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, em que a tese em favor do governo de coalizão obteve 185 votos, e a contrária, 262. Concluiu: “*Vemos assim que a maioria, em seu conjunto, está a favor da consigna proletária: contra a coalizão com a burguesia*”. Essa maioria nos soviets expressava a maioria do povo. Um traço distintivo favorável à revolução era o de que a maioria camponesa estava contra a coalizão. O que desmentia o argumento dos oportunistas, de que o proletariado se achava isolado. O vínculo dos camponeses com a classe operária se devia à questão concreta do problema nacional e agrário, que somente o programa dos bolcheviques respondia. Um governo de coalizão com a burguesia significava, como a experiência da Revolução de Fevereiro havia demonstrado, manter “*a impiedosa opressão dos camponeses pelos latifundiários, dos ucranianos pelos grão-russos, como ocorria sob o czarismo*”. Sob a república burguesa, os camponeses não teriam como resolver a velha opressão latifundiária.

O problema da paz era sensível às massas e, em particular, aos soldados. A experiência havia demonstrado que “*somente o proletariado, ao conquistar o poder, oferecerá imediatamente a todos os povos beligerantes uma paz justa, uma vez que somente o proletariado se disporá a tomar medidas verdadeiramente revolucionárias (publicação dos tratados secretos, etc.), para conseguir a paz mais rápida e mais justa possível*”. Lênin concluiu: “*A situação objetiva na Rússia é, sem dúvida, tal que precisamente agora o proletariado não está ‘isolado’ da maioria da pequena burguesia, precisamente agora, depois da triste experiência da ‘coalizão’, quando o proletariado conta com a simpatia da maioria do povo*”.

Um outro argumento falacioso era o de que o proletariado “*não poderia, tecnicamente, se apossar do aparato do Estado*”. Lênin recorreu à teoria do Estado de Marx e Engels, que se valeram da experiência da Comuna de Paris, para fundamentar que, com a revolução, o proletariado não

simplesmente se apossaria do Estado e o colocaria em funcionamento. De fato, destruiria “*tudo que há de opressor, de rotineiro, de incorrigivelmente burguês no velho aparato do Estado, e o substituiria por um novo aparato, próprio. Esse aparato é, precisamente, os Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses*”. Lênin revelou a incompreensão dos socialistas revolucionários e mencheviques do lugar dos Sovietes na constituição do Estado operário, que, como tal, se ergueria sobre as cinzas do Estado burguês. Essa cegueira decorria de suas políticas anti-marxistas.

É extraordinário como Lênin analisou concretamente as particularidades da Revolução Russa, tendo por base a criação dos soviets pelo proletariado e demais oprimidos. Eis: “*Os Sovietes são um novo aparato de Estado que, em primeiro lugar, possibilita uma força armada de operários e camponeses, e essa força não está divorciada do povo, como estava a do velho exército regular, ao contrário, está estreitamente ligada ao povo. Do ponto de vista militar, essa força é incomparavelmente mais poderosa que as anteriores; do ponto de vista revolucionário, nada pode substituí-la. Em segundo lugar, esse aparato estabelece um vínculo com as massas, com a maioria do povo, tão estreito, tão indissolúvel, tão fácil de verificar e renovar, que não encontramos nada remotamente parecido no anterior aparato do Estado. Em terceiro lugar, este aparato, por seus integrantes eleitos e sujeitos à revogação do mandato pela vontade do povo, sem nenhuma formalidade burocrática, é muito mais democrático que qualquer aparato anterior. Em quarto lugar, permite contato com as profissões mais diversas, facilitando assim a adoção das reformas mais diversas e mais radicais sem burocracia. Em quinto lugar, permite uma forma de organização à vanguarda, isto é, ao setor das classes oprimidas, mais enérgico e mais progressista, os operários e os camponeses com maior consciência de classe, e constitui assim um aparato por meio do qual a vanguarda das classes oprimidas pode elevar, preparar, educar e dirigir a gigantesca massa dessas classes, que até hoje permanecia completamente à margem da vida política, à margem da história. Em sexto lugar, cria a possibilidade de combinar as vantagens do parlamentarismo com as da democracia imediata e direta, isto é, de reunir, entre os representantes eleitos pelo povo, as funções legislativas e executivas. Comparado com o parlamentarismo burguês, é um avanço de transcendência histórica mundial no desenvolvimento da democracia*”.

Lênin mostrou que os soviets de 1917 se distinguiam dos da Revolução de 1905, pelo fato de não serem embrionários. Havia alcançado tal desenvolvimento que se constituíam em organismos de poder da classe operária. Mas que não poderiam ir mais além das propriedades já alcançadas, sem que o proletariado e os camponeses não tomassem o poder. Chegava-se à situação limite, em que a dualidade de poder teria de ser resolvida em favor da revolução, caso contrário, não poderia desenvolver as suas faculdades embrionárias.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)